



# Montepio

**CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL**

**ENTIDADE COM CAPITAL ABERTO AO INVESTIMENTO DO PÚBLICO**

**SEDE: RUA ÁUREA, 219-241, LISBOA**

**CAPITAL INSTITUCIONAL: €1.500.000.000**

**NÚMERO DE PESSOA COLETIVA E DE MATRÍCULA NA CONSERVATÓRIA**

**DO REGISTO COMERCIAL DE LISBOA 500 792 615**

De acordo com o disposto no artigo 10º do Regulamento nº 5/2008 da CMVM

## **RELATÓRIO E CONTAS**

**1º TRIMESTRE DE 2014**

(Informação financeira não auditada elaborada de acordo com os *IFRS* conforme adotados pela União Europeia)

## ÍNDICE

<b>1. Destaques</b> .....	<b>3</b>
<b>2. Principais Indicadores</b> .....	<b>5</b>
<b>3. Enquadramento</b> .....	<b>6</b>
<b>4. Resultados</b> .....	<b>8</b>
4.1 Margem Financeira .....	9
4.2 Margem Complementar .....	9
4.3 Gastos Operacionais .....	10
4.4 Provisões e Imparidades .....	10
<b>5. Atividade</b> .....	<b>11</b>
5.1 Ativo .....	11
5.2 Crédito a Clientes .....	11
5.3 Passivo e Capitais .....	13
5.4 Recursos de Clientes .....	13
<b>6. Liquidez</b> .....	<b>14</b>
<b>7. Capital e Solvabilidade</b> .....	<b>15</b>
<b>8. Atividade Internacional</b> .....	<b>16</b>
<b>9. Notações de Rating</b> .....	<b>16</b>
<b>10. Acontecimentos Significativos no 1º Trimestre de 2014</b> .....	<b>17</b>
<b>11. Demonstrações Financeiras</b> .....	<b>19</b>
<b>12. Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares</b> .....	<b>21</b>

## DESTAQUES

- ❑ Considerável melhoria do Resultado Líquido Consolidado que atingiu os +35,5 milhões de euros, apresentando uma variação positiva de 51,3 milhões de euros quando comparado com igual período do ano anterior, onde o resultado havia atingido os -15,8 milhões de euros.
- ❑ Evolução muito positiva da Margem Financeira que atingiu 81,9 milhões de euros, mais 30,5 milhões de euros em termos homólogos (+59,5%). Esta melhoria que confirma e reforça a tendência manifestada no último trimestre do ano de 2013 foi extensível ao Produto Bancário que também registou uma considerável melhoria, totalizando 307,6 milhões de euros, o que significa um acréscimo de 214,8 milhões de euros. Para além da já referida melhoria da Margem Financeira, concorreram ainda para aquele desempenho as comissões de serviços prestados a clientes, que atingiram 24,8 milhões de euros, e os resultados de operações financeiras, de 199,0 milhões de euros.
- ❑ Expressivo reforço da solvabilidade da CEMG, nomeadamente na posição de Capital Regulamentar, apresentando um rácio de *Common Equity Tier1* de 11,3%, de acordo com os critérios transitórios da CRDIV/CRR de Basileia III (Diretiva 2013/36/UE, Regulamento 575/2013 e Aviso 6/2013 do Banco de Portugal), de 10,2% de acordo com o critério de implementação total (“fully implemented”) e de 13,2% ao nível do Capital Total exigido, todos confortavelmente acima dos requisitos mínimos (7% nos dois primeiros casos e 8% no último).
- ❑ Reforço da posição de Liquidez, através de um crescimento de 7,2% dos recursos de balanço provenientes do retalho para 16 083,0 milhões de euros. Os depósitos de clientes registaram um crescimento ainda mais positivo (+12,5% yoy) atingindo os 13 917,7 milhões de euros. Os recursos totais de clientes, incluindo recursos fora de balanço, atingiram 17 123,7 milhões de euros, representando um incremento homólogo de 6,9%.
- ❑ O Crédito a Clientes bruto totalizou 16 627,5 milhões de euros, representando um crescimento de +0,4% face ao final de 2013 (-0,1% face ao trimestre homólogo de 2013). A evolução verificada no 1º trimestre de 2014 evidenciou um crescimento de 9,2% do crédito concedido ao segmento de Pequenas e Médias Empresas em razão do reforço da aposta estratégica de diversificação do Balanço. Paralelamente, assistiu-se a uma redução nos segmentos associados ao crédito hipotecário (Crédito à Habitação -3,9% e Financiamento à Construção -21,2%).
- ❑ Esta evolução positiva nas fontes de financiamento ao nível do retalho, associada à capacidade de financiar as novas operações de crédito através da desalavancagem do crédito não estratégico, permitiu à CEMG prosseguir a redução do *gap* comercial (depósitos de clientes - crédito a clientes) e do rácio de transformação simples (crédito/depósitos), que passou de 126,5%, no 1º trimestre de 2013, para 111,0%. Considerando a versão mais ampla daquele indicador, nomeadamente tendo em conta todos os Outros Recursos de Retalho de balanço, este rácio diminuiu de 104,4% para 96,1%.

- ❑ Redução da exposição junto do BCE em 455 milhões de euros, face ao trimestre anterior. A “pool” de ativos elegíveis para operações de redesconto junto do BCE ascendia a 4 771,52 milhões de euros, estando ainda disponível cerca de 38% para eventuais futuras operações, o que significa um reforço da folga de liquidez junto do BCE em 22,6%, face ao trimestre homólogo.
- ❑ A manutenção de uma prudente política de reforço de provisionamento permitiu aumentar o nível de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por provisões, de 105,9% em mar.13, para 127,0% em mar.14. Assim, a Cobertura do Crédito em Risco por imparidades registou um acréscimo significativo, para 55,1%, que compara com 50,4% em termos homólogos, ao passo que a cobertura considerando o total de imparidades de crédito e os colaterais reais envolvidos atinge 131,3%.
- ❑ Este desempenho económico permitiu evidenciar uma inversão dos indicadores de eficiência e rentabilidade, beneficiando do acréscimo do Produto Bancário bem como de uma prudente política de contenção dos custos operacionais, não obstante a maior exigência de meios que o crescimento da operação em Angola suscita. A rentabilidade apresentou uma inversão face aos períodos homólogos e mesmo ao passado recente, tendo-se atingido um *Return-On-Equity* (ROE) de 8,4% e um *Return-On-Assets* (ROA) de 0,6%.

## 1. PRINCIPAIS INDICADORES

(milhares de euros)

INDICADORES	Mar-14	Mar-13	Varição
<b>ATIVIDADE E RESULTADOS</b>			
Aívo Líquido	22 459 226	21 322 708	5,3%
Crédito a Clientes Bruto	16 627 483	16 639 829	-0,1%
Recursos de Clientes de Balanço	16 082 979	14 999 784	7,2%
<i>Depósitos Totais</i>	13 917 720	12 371 822	12,5%
<i>Títulos Colocados em Clientes</i>	2 165 258	2 627 962	-17,6%
Resultado Líquido	35 481	-15 769	> 100%
<b>ALAVANCAGEM E LIQUIDEZ</b>			
Crédito a Clientes Total Líquido / Depósitos de Clientes (a)	111,02%	126,48%	
Crédito a Clientes Total Líquido / Recursos de Clientes de Balanço (b)	96,13%	104,45%	
Aívos Elegíveis para Refinanciamento junto do BCE	4 711 521	3 774 402	
<b>RISCO DE CRÉDITO E COBERTURA POR IMPARIDADES</b>			
Rácio de Crédito e Juros Vencidos há mais de 90 dias	5,69%	5,35%	
Rácio de Crédito com incumprimento (a)	7,79%	6,95%	
Rácio de Crédito com incumprimento, líquido (a)	0,65%	1,30%	
Cobertura de Crédito e Juros Vencidos há mais de 90 dias	126,95%	105,92%	
Rácio de Crédito em Risco (a)	13,06%	11,36%	
Rácio de Crédito em Risco, líquido (a)	6,32%	5,98%	
Cobertura de Crédito em Risco	55,07%	50,37%	
Rácio de Crédito Reestruturado (c)	9,55%	6,06%	
Rácio de Crédito Reestruturado não incluído no Crédito em Risco (c)	6,81%	4,85%	
<b>EFICIÊNCIA E RENDIBILIDADE</b>			
Produto Bancário / Aívo Líquido Médio (a)	5,48%	1,78%	
Resultado antes de Impostos / Aívo Líquido Médio (a)	0,88%	-0,35%	
Resultado antes de Impostos / Capitais Próprios Médios (a)	11,74%	-4,57%	
Resultado do Exercício / Aívo Líquido Médio (ROA)	0,63%	-0,30%	
Resultado do Exercício / Capitais Próprios Médios (ROE)	8,44%	-3,94%	
Gastos Operacionais / Produto Bancário ( <i>cost to income</i> ) (a)	26,56%	84,63%	
Gastos com Pessoal / Produto Bancário (a)	14,95%	51,60%	
<b>SOLVABILIDADE</b>			
Rácio <i>Core Tier 1</i> (a)	10,76%	10,45%	
Rácio <i>Tier 1</i> (a)	10,73%	10,43%	
Rácio de Solvabilidade (a)	12,45%	13,43%	
Rácio <i>Common Equity Tier 1</i> (CRD IV- <i>phasing-in</i> )	11,31%	-	
Rácio Capital Total (CRD IV- <i>phasing-in</i> )	13,18%	-	
<b>REDE DE DISTRIBUIÇÃO E COLABORADORES (Unidades)</b>			
Número Total de Colaboradores (Grupo CEMG)	4 223	4 236	-13
CEMG			
Colaboradores	3 907	3 944	-37
Balcões	437	458	-21
Colaboradores / Balcões	8,94	8,61	3,8%
Balcões Rede Internacional - Angola (d)	16	11	5
Escritórios de Representação	6	6	0

(a) De acordo com a Instrução n.º 23/2012, do Banco de Portugal.

(b) Recursos de Clientes = Depósitos de Clientes e Títulos Colocados em Clientes

(c) De acordo com a Instrução n.º 32/2013, do Banco de Portugal.

(d) Inclui Centros de Empresas.

### 3. ENQUADRAMENTO

De acordo com as previsões do FMI, publicadas no início de abril, o crescimento da economia mundial vai acelerar de 3.0% em 2013 para 3.6% em 2014 e 3.9% em 2015. O FMI estima que, após vários anos de fracos crescimentos, as economias desenvolvidas devam finalmente ter atingido um ponto de viragem. A maioria da aceleração – embora não do crescimento – deverá ser proveniente dos países desenvolvidos, na medida em que se dissipam os efeitos que estiveram na origem do fraco crescimento de 2012 e 2013: a desalavancagem do setor privado, as políticas orçamentais restritivas, o impasse na resolução da crise da dívida soberana na Zona Euro, a incerteza em relação às negociações no Congresso americano para os limites ao endividamento do Estado. O crescimento nos países desenvolvidos deverá passar de apenas 1.3% em 2013 para 2.2% em 2014 e 2.3% para 2015. Esta aceleração marca uma mudança significativa face ao período entre a Grande Recessão de 2008/09 e 2013, quando os países em desenvolvimento puxaram pela economia global, mas com estes últimos, ainda assim, a deverem ser responsáveis por dois terços do crescimento mundial em 2014/15. Além de fornecer uma base direta para o crescimento global, o fortalecimento da procura nos países desenvolvidos suportará as exportações dos países em desenvolvimento (cujo crescimento deverá acelerar de 4.7% em 2013 para 4.9% em 2014, ultrapassando os 5% apenas em 2015, com 5.3%). Estes efeitos deverão ajudar a compensar o inevitável aperto das condições financeiras globais que irá surgir com a gradual normalização da política monetária nos países desenvolvidos. Em todo o caso, a organização alertou para a necessidade de essa normalização ser mesmo gradual, de forma a garantir uma saída suave de um período de crescimento sustentado em elevada liquidez. O FMI considera que a incerteza relativamente à evolução da economia mundial reduziu-se, apesar da persistência de importantes riscos em diversos mercados emergentes, nomeadamente na China, do agravamento das tensões geopolíticas na Europa Oriental e dos efeitos potencialmente adversos provenientes das baixas taxas de inflação na Europa.

No 1º trimestre do ano, o sentimento dos investidores melhorou na generalidade das classes de risco das economias desenvolvidas – patente, por exemplo, no facto de os principais índices americanos terem atingido máximos históricos e os índices europeus máximos desde setembro de 2008 –, isto não obstante a tensão entre a Rússia e a Ucrânia, os receios em relação à debilidade de diversas economias emergentes e o abrandamento nos EUA entre o final de 2013 e o início de 2014 (ainda que considerado temporário pela Reserva Federal americana - Fed, que atribuiu ao mau tempo). Mas o sentimento dos investidores acabou por ser apoiado designadamente: i) pelo aumento paulatino do otimismo em relação à resolução da crise do euro, com o regresso ao crescimento dessas economias e o cumprimento das metas orçamentais a conduzir a descidas acentuadas das yields das economias da periferia; ii) pela postura acomodatória dos principais bancos centrais, com o BCE a admitir que poderá encetar, se necessário, mais medidas e não obstante, nos EUA, a Fed ter decidido em janeiro e março (e entretanto também em abril) prosseguir com a moderação do teor expansionista da sua política monetária, nomeadamente reduzindo o ritmo de compras mensais de dívida. Em todo o caso, na Zona Euro, a política do BCE ficou inalterada durante o trimestre, com a taxa de juro de referência a permanecer no mínimo histórico de 0.25% e não tendo sido lançadas medidas de carácter não-convencional, não obstante ter aumentado a pressão sobre a autoridade, com o FMI a alertar para os riscos de uma inflação reduzida e a afirmar que o BCE deveria “considerar novos cortes de taxas e, mais importante, procurar maneiras de aumentar substancialmente a dimensão do seu balanço, seja através de operações de refinanciamento de longo-prazo, seja através de *quantitative easing*”. Já os ativos financeiros nos mercados emergentes permaneceram a evidenciar durante o trimestre comportamentos mais modestos – inclusive negativos nalguns casos – e de uma forma transversal entre os diversos tipos de ativos, com este comportamento a refletir designadamente os receios de abrandamento das economias emergentes e uma menor apetência pelo risco destes países no atual contexto.

No Reino Unido, a melhoria abrupta da situação ao nível do emprego forçou o Banco de Inglaterra a alterar a *sua forward guidance* no sentido de transmitir ao mercado expectativas de subidas mais tardias da taxa de referência. O Banco do Japão não efetuou alterações à sua política de aumentar substancialmente a base monetária. O People's Bank of China interveio

apenas indiretamente, no sentido de controlar a liquidez no sistema e controlar o sistema bancário sombra. Os receios dos investidores em relação às economias emergentes, e a consequente depreciação das moedas destes países, forçaram alguns bancos centrais a intervirem, com as autoridades da Índia, Rússia e Brasil a subirem as taxas de juro, ainda que, no caso do Brasil, sobretudo devido à elevada inflação.

O teor acomodatório da política monetária levou a que a subida dos índices de ações nas economias desenvolvidas coexistisse com descidas nas taxas de juro da dívida pública alemã e americana, com exceção das taxas dos *treasuries* de curto-prazo, que subiram ligeiramente, beneficiando das decisões da Fed de progressiva retirada de estímulos à economia.

Entre as economias do Euro o grande destaque foi para Portugal, que beneficiou de uma série de boas notícias: i) durante o período, vários dados foram apontando para uma execução orçamental em 2013 melhor do que o assumido no Orçamento de Estado para 2014 (5.9%), acabando o défice em 2013 por ficar em 4.9%, bastante aquém do objetivo traçado com a troika de 5.5%; ii) ao nível dos dados macroeconómicos, o PIB no 4º trimestre de 2013 cresceu 0.6% em cadeia, já pelo 3º trimestre consecutivo, levando a generalidade das entidades a rever em alta as previsões (o FMI prevê que Portugal cresça 1.2% este ano e 1.5% em 2015). Entretanto, os dados referentes ao 1º trimestre de 2014 revelaram que a economia caiu 0.7% em cadeia, já que a procura interna terá sido condicionada pela entrada em vigor das novas medidas do OE 2014, a que se terá juntado um contributo negativo das exportações líquidas, mas devendo regressar ao crescimento no 2º trimestre; iii) durante o 1º trimestre foi também aumentando a probabilidade de uma “saída limpa” de Portugal do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), a qual acabou por ser assumida pelo Governo já em maio, o que contribuiu para as apreciações dos ativos financeiros portugueses, nomeadamente, a subida das ações e das obrigações de dívida pública e privada.

Relativamente a Angola, o FMI estimou um crescimento de apenas 4.1% em 2013, mas que deverá acelerar para 6.7% em 2019 e crescer a um ritmo médio em torno dos 5.5% no horizonte 2014/19, suportado pelo aumento da produção de petróleo, mas também pelo aumento do investimento em infraestruturas e pela diversificação da economia para fora dos recursos naturais. Quanto a Moçambique, o PIB registou um crescimento de 7.0% em 2013, devendo, segundo o FMI, acelerar para 8.3% e crescer a um ritmo médio de 7.8% no horizonte 2015/19.

## 4. RESULTADOS

No 1º trimestre de 2014, o desempenho do setor bancário e da CEMG manteve-se condicionado pelas exigências de contexto, quer a nível doméstico pela ainda gradual recuperação da atividade económica, quer pela lenta retoma económica a nível europeu fatores que condicionam a confiança dos agentes e, conseqüentemente, do investimento e do emprego.

Beneficiando de uma estratégia de diversificação do risco da carteira de crédito para o segmento das PME associadas aos bens transacionáveis, bem como para setores dependentes da procura externa, como sejam as atividades relacionadas com o turismo, a par de uma gestão prudente do risco de taxa de juro do Balanço, através de um reforço, atempado, da componente dos ativos de taxa fixa, a CEMG apresentou níveis de rentabilidade positivos, quando comparados com o 1º trimestre de 2013.

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(milhares de euros)

	Mar-14		Mar-13		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Margem Financeira</b>	<b>81 878</b>	<b>26.6</b>	<b>51 331</b>	<b>55.3</b>	<b>30 547</b>	<b>59.5</b>
Comissões Líquidas de Serviços a Clientes	24 822	8.1	26 845	28.9	-2 023	-7.5
<b>Produto Bancário Comercial</b>	<b>106 700</b>	<b>34.8</b>	<b>78 175</b>	<b>84.3</b>	<b>28 525</b>	<b>36.5</b>
Rendimento de Instrumentos de Capital	34	0.0	23	0.0	11	45.2
Resultado de Operações Financeiras	198 970	64.7	8 276	8.9	190 694	>100
Outros Resultados	1 899	0.6	6 299	6.8	-4 400	-69.9
<b>Produto Bancário</b>	<b>307 603</b>	<b>100.0</b>	<b>92 774</b>	<b>100.0</b>	<b>214 829</b>	<b>&gt;100</b>
Gastos com Pessoal	46 000	15.0	47 868	51.6	-1 868	-3.9
Gastos Gerais Administrativos	26 508	8.6	23 151	25.0	3 357	14.5
Amortizações	9 191	3.0	7 492	8.1	1 699	22.7
<b>Gastos Operacionais</b>	<b>81 699</b>	<b>26.6</b>	<b>78 511</b>	<b>84.6</b>	<b>3 188</b>	<b>4.1</b>
<b>Resultado Bruto</b>	<b>225 903</b>	<b>73.4</b>	<b>14 261</b>	<b>15.4</b>	<b>211 642</b>	<b>&gt;100</b>
<b>Provisões e Imparidades Líquidas</b>	<b>169 017</b>	<b>54.9</b>	<b>31 147</b>	<b>33.6</b>	<b>137 870</b>	<b>&gt;100</b>
Crédito	149 468		18 186		131 282	>100
Títulos	18 188		4 247		13 941	>100
Outras	1 362		8 714		-7 352	-84.4
<b>Resultados de Associadas e Empreendimentos Conjuntos</b>	<b>-7 537</b>		<b>-1 389</b>		<b>-6 148</b>	<b>&lt;-100</b>
<b>Resultado Antes de Impostos e Interesses Minoritários</b>	<b>49 349</b>	<b>16.0</b>	<b>-18 274</b>	<b>-19.7</b>	<b>67 623</b>	<b>&gt;100</b>
<b>Impostos</b>	<b>-13 193</b>	<b>-4.3</b>	<b>2 843</b>	<b>3.1</b>	<b>-16 036</b>	<b>&lt;-100</b>
Correntes	-22 489		-1 925		-20 564	<-100
Diferidos	9 296		4 768		4 528	95.0
<b>Interesses Minoritários</b>	<b>-675</b>		<b>-338</b>		<b>-337</b>	<b>-99.6</b>
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>35 481</b>	<b>11.5</b>	<b>-15 769</b>	<b>-17.0</b>	<b>51 250</b>	<b>&gt;100</b>

No 1º trimestre de 2014, o resultado em base consolidada da CEMG atingiu 35,5 milhões de euros, tendo sido muito favoravelmente influenciado pelo desempenho positivo da margem financeira, que aumentou 30,5 milhões de euros em termos homólogos, e pelo significativo contributo dos Resultados de Operações Financeiras. Este desempenho mais do que compensou o incremento das provisões e imparidades que se cifrou em 137,9 milhões de euros.

#### 4.1 MARGEM FINANCEIRA

A margem financeira atingiu 81,9 milhões de euros, representando um aumento de 59,5% face aos 51,3 milhões de euros do 1º trimestre de 2013. Para esta evolução tão positiva, de +30,5 milhões de euros, o maior contributo provém da redução dos custos relativos aos Passivos Financeiros (-24,8 milhões de euros), principalmente via redução da taxa de juro média dos Depósitos e dos Outros Passivos, em 29 e 167 pontos base, respetivamente, tendo-se observado, assim, um acréscimo da taxa de margem financeira, que se situou em 1,56% no 1º trimestre de 2014 (vs. 1,06%, em março 13).

#### MARGEM FINANCEIRA E TAXAS MÉDIAS

(milhões de euros)

	Mar-14			Mar-13		
	Capitais Médios	Taxa Média	Proveitos/Custos	Capitais Médios	Taxa Média	Proveitos/Custos
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>21 284</b>	<b>4,22%</b>	<b>222</b>	<b>19 574</b>	<b>4,47%</b>	<b>216</b>
Crédito a Clientes	16 608	3,48%	143	16 501	3,68%	150
Outras Aplicações	4 676	4,50%	52	3 072	4,60%	35
Swaps			27			31
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>20 602</b>	<b>2,75%</b>	<b>140</b>	<b>18 466</b>	<b>3,61%</b>	<b>164</b>
Depósitos	13 906	2,38%	82	12 682	2,67%	84
Outros Passivos	6 696	1,86%	31	5 784	3,53%	50
Swaps			27			30
<b>Margem Financeira</b>			<b>82</b>			<b>51</b>
<b>Taxa de Intermediação Financeira</b>		<b>1,56%</b>			<b>1,06%</b>	
<b>Euribor 3M - média do período</b>		<b>0,30%</b>			<b>0,21%</b>	

#### 4.2 MARGEM COMPLEMENTAR

As comissões líquidas atingiram 24,8 milhões de euros, dos quais 16,0 milhões de euros relativos a serviços prestados a terceiros, nomeadamente relacionados com operações de crédito, carteira de títulos, cartões de pagamento e contas à ordem, reduzindo ligeiramente face ao período homólogo, em 2 milhões de euros.

O resultado de operações financeiras atingiu 199,0 milhões de euros, face a 8,3 milhões no período homólogo, beneficiando da concretização de mais-valias de mercado associadas a ativos de taxa fixa, em cerca de 209 milhões de euros, em função da estratégia de gestão do risco de taxa de juro do Balanço definida em ALCO.

#### RESULTADOS DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

(milhares de euros)

	Mar-14	Mar-13	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Resultados de Ativos e Passivos Aval. ao Justo Valor através de Resultados	1 010	-2 836	3 846	>100
Resultados de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	208 705	13 969	194 736	>100
Resultados da Reavaliação Cambial	4 918	3 415	1 503	44,0
Outros Resultados	-15 663	-6 273	-9 390	<-100
<b>TOTAL</b>	<b>198 970</b>	<b>8 276</b>	<b>190 694</b>	<b>&gt;100</b>

O aumento conjugado da Margem Financeira e da Margem Complementar provocou um incremento do Produto Bancário em +214,8 milhões de euros.

### 4.3 GASTOS OPERACIONAIS

O desempenho económico do 1º trimestre de 2014 permitiu evidenciar uma inversão da tendência ao nível da eficiência operacional da Instituição, beneficiando do acréscimo do Produto Bancário bem como de uma prudente política de contenção dos custos operacionais, não obstante a maior exigência de meios que o crescimento da operação em Angola suscita.

Os gastos operacionais totalizaram 81,7 milhões de euros, representando um crescimento de 4,1%, por via do acréscimo dos Gastos Gerais Administrativos e das Amortizações. Sem considerar esta última componente, o crescimento ter-se-ia situado em 2,1%. A evolução dos gastos com pessoal, que atingiram um decréscimo de 4%, em cerca de 1,9 milhões de euros, não obstante o crescimento da operação de retalho em Angola e do imperioso reforço das competências ao nível do “front-office” dos segmentos-alvo.

#### EVOLUÇÃO DOS GASTOS OPERACIONAIS

(milhares de euros)

	Mar-14		Mar-13		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gastos com Pessoal	46 000	56.3	47 868	61.0	-1 868	-3.9
Gastos Gerais Administrativos	26 506	32.4	23 151	29.5	3 355	14.5
<b>Gastos de Funcionamento</b>	<b>72 506</b>	<b>88.7</b>	<b>71 019</b>	<b>90.5</b>	<b>1 487</b>	<b>2.1</b>
Amortizações	9 191	11.3	7 492	9.5	1 699	22.7
<b>Gastos Operacionais</b>	<b>81 697</b>	<b>100.0</b>	<b>78 511</b>	<b>100.0</b>	<b>3 186</b>	<b>4.1</b>
<b>Produto Bancário</b>	<b>307 603</b>		<b>92 774</b>		<b>214 829</b>	<b>&gt;100</b>
<b>RÁCIOS</b>						
<i>Cost-to-Income</i> (Gastos Operacionais / Produto Bancário) (a)	26.56%		84.63%			
<i>Cost-to-Income</i> s/ Amortizações (Gastos Operacionais / Produto Bancário)	23.57%		76.55%			

(a) De acordo com a Instrução n.º 23/2012, do Banco de Portugal.

### 4.4 PROVISÕES E IMPARIDADES

As provisões e imparidades atingiram 169,0 milhões de euros, representando um aumento de 137,9 milhões de euros face ao 1º trimestre de 2013. Esta evolução esteve mais uma vez relacionada com a prudência e conservadorismo na leitura dos fatores de risco, num quadro de elevada taxa de desemprego e de (ainda) fraco crescimento económico. A prudência revelada no julgamento dos níveis de risco da carteira permitirá à CEMG enfrentar o difícil contexto económico, onde a incerteza ainda prevalece, com níveis de cobertura e robustez económica mais acentuados, facto que transmitirá maior confiança aos seus *stakeholders*.

#### EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES E IMPARIDADES

(milhares de euros)

	Mar-14		Mar-13		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Provisões e Imparidades Líquidas de Crédito	149 468	88.4	18 186	58.4	131 282	>100
Imparidades Líquidas de Títulos	18 188	10.8	4 247	13.6	13 941	>100
Provisões e Imparidades Líquidas de Outros Ativos	1 362	0.8	8 714	27.9	-7 352	-84.4
<b>Total das Provisões e Imparidades Líquidas</b>	<b>169 017</b>	<b>100.0</b>	<b>31 147</b>	<b>100.0</b>	<b>137 870</b>	<b>&gt;100</b>

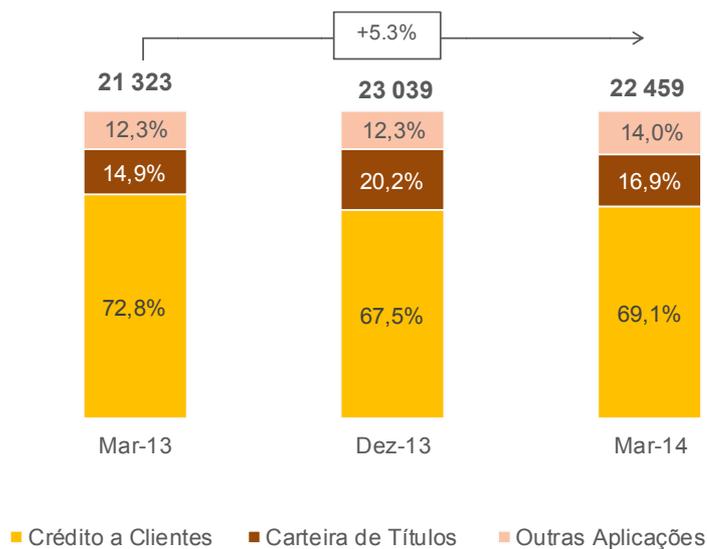
## 5. ATIVIDADE

No 1º trimestre de 2014, as entidades do grupo Montepio continuaram a cumprir as suas missões de prestar o seu contributo à atividade económica do país, com uma atuação centrada nas atividades com clientes. A CEMG manteve-se fiel à sua missão de banca de retalho, privilegiando as operações de atividade bancária com clientes, na concessão de crédito, na captação de poupanças e na prestação de serviços financeiros a particulares, a pequenas e médias empresas e a entidades da economia social, com as quais tem vindo a manter e a estabelecer novas relações comerciais de crescente proximidade, não deixando de aproveitar as oportunidades de negócio dos mercados financeiros.

### 5.1 ATIVO

O ativo líquido atingiu 22 459,2 milhões de euros, registando um acréscimo de 5,3% face ao 1º trimestre de 2013. Este aumento foi influenciado pelo incremento da carteira de títulos em 19,0%, a qual passou a representar 16,9% do total do ativo (14,9% no 1º trimestre de 2013 e 20,2% em dez.13).

#### EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO ATIVO



### 5.2 CRÉDITO A CLIENTES

A paulatina recuperação económica do país, num quadro de manutenção do PAEF e das medidas de austeridade em vigor, associada à lenta recuperação da procura doméstica de crédito continuaram a condicionar a evolução do crédito concedido a clientes no 1º trimestre de 2014.

O total do crédito a clientes situou-se em 16 627,5 milhões de euros, valor praticamente idêntico ao do período homólogo. Esta evolução traduziu um crescimento do crédito a Empresas (excluindo Construção) de quase 500 milhões de euros (+9,2%), o qual passou a representar 35,4% do total da carteira de crédito, e uma redução do Crédito Imobiliário (Habitação e Construção) em cerca de 553 milhões de euros, traduzindo a estratégia de diversificação da carteira de crédito.

**EVOLUÇÃO DO CRÉDITO A CLIENTES**

(milhares de euros)

	Mar-14	Dez-13	Mar-13	Variação Homóloga	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
<b>Particulares e Pequenos Negócios</b>	<b>9 784 326</b>	<b>9 872 879</b>	<b>10 065 130</b>	<b>-280 804</b>	<b>-2,8</b>
<b>Particulares, do qual:</b>	<b>9 258 607</b>	<b>9 349 584</b>	<b>9 656 023</b>	<b>-397 416</b>	<b>-4,1</b>
Habitação	7 612 048	7 688 667	7 919 415	-307 367	-3,9
Individual	634 308	639 818	599 116	35 192	5,9
<b>Pequenos Negócios</b>	<b>525 719</b>	<b>523 295</b>	<b>409 106</b>	<b>116 613</b>	<b>28,5</b>
<b>Empresas</b>	<b>6 808 021</b>	<b>6 643 013</b>	<b>6 558 441</b>	<b>249 580</b>	<b>3,8</b>
Construção	914 470	956 942	1 159 890	-245 420	-21,2
Outras Finalidades	5 893 551	5 686 071	5 398 551	495 000	9,2
<b>Outros Segmentos</b>	<b>35 136</b>	<b>41 015</b>	<b>16 258</b>	<b>18 878</b>	<b>&gt;100</b>
<b>Total do Crédito (bruto)</b>	<b>16 627 483</b>	<b>16 556 907</b>	<b>16 639 829</b>	<b>-12 346</b>	<b>-0,1</b>

A atual conjuntura económica continuou a ter um impacto negativo nos riscos da atividade financeira, traduzido no agravamento do incumprimento e dos rácios de risco de crédito, tendo o saldo de crédito e juros vencidos crescido 4,8%. Num quadro de ligeira redução da carteira de crédito total, este aumento conduziu a uma subida dos diversos rácios de risco de crédito, com o rácio de crédito vencido há mais de 90 dias a situar-se em 5,7% e o rácio de crédito com incumprimento em 7,8%.

Em linha com a política de conservadorismo que o contexto económico ainda oferece, a CEMG continuou a reforçar as suas imparidades para riscos de crédito, que totalizaram, no final do 1º trimestre de 2014, 1 202,0 milhões de euros. Este reforço de provisionamento elevou os rácios de cobertura do crédito e juros vencidos por imparidades para 113,0% e do crédito e juros vencidos há mais de 90 dias para 127,0%. A Cobertura Simples do Crédito em Risco por imparidade situou-se nos 55,1%, ao passo que a cobertura considerando o total de imparidades de crédito e os colaterais reais envolvidos atingiu 131,3%.

**PRINCIPAIS INDICADORES DE CRÉDITO E JUROS VENCIDOS**

(milhares de euros)

Indicadores	Mar-14	Mar-13	Variação	
			Valor	%
<b>Crédito a Clientes Bruto</b>	<b>16 627 483</b>	<b>16 639 829</b>	<b>-12 346</b>	<b>-0,1</b>
<b>Crédito e Juros Vencidos</b>	<b>1 063 584</b>	<b>1 015 218</b>	<b>48 366</b>	<b>4,8</b>
Crédito e Juros Vencidos há mais de 90 dias	946 805	889 555	57 250	6,4
<b>Imparidade para Riscos de Crédito</b>	<b>1 202 009</b>	<b>942 238</b>	<b>259 771</b>	<b>27,6</b>
<b>Rácios (%)</b>				
Crédito e Juros Vencidos há mais de 90 dias	5.69	5.35	0.34p.p.	
Crédito com incumprimento (a)	7.79	6.95	0.84p.p.	
Crédito com incumprimento, líquido (a)	0.65	1.30	-0.65p.p.	
Crédito em Risco (a)	13.06	11.36	1.70p.p.	
Crédito em Risco, líquido (a)	6.32	5.98	0.34p.p.	
Crédito Reestruturado (b)	9.55	6.06	3.49p.p.	
Crédito Reestruturado não incluído no Crédito em Risco (b)	6.81	4.85	1.96p.p.	
<b>Cobertura por Imparidades (%)</b>				
Crédito e Juros Vencidos há mais de 90 dias	126.95	105.92	21.03p.p.	
Crédito e Juros Vencidos	113.01	92.81	20.20p.p.	
Crédito em Risco	55.07	50.37	4.70p.p.	

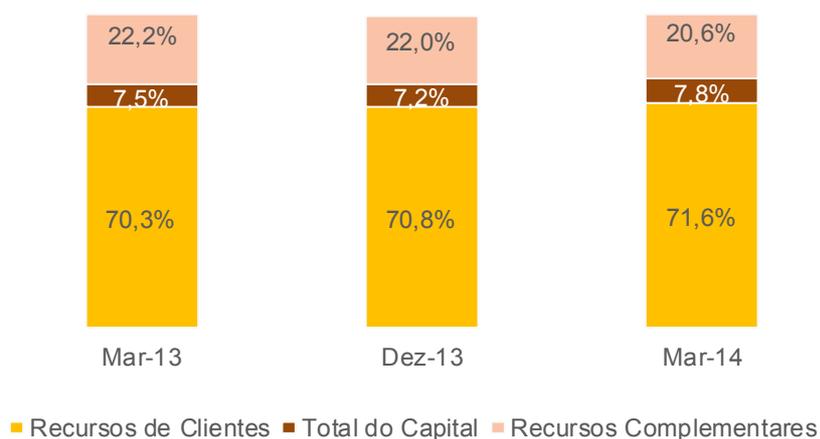
(a) De acordo com a Instrução n.º 23/2012, do Banco de Portugal.

(b) De acordo com a Instrução n.º 32/2013, do Banco de Portugal.

### 5.3 PASSIVO E CAPITAIS

No 1º trimestre de 2014, o passivo atingiu 20 697,7 milhões de euros, que, comparando com 19 713,2 milhões de euros do 1º trimestre de 2013, representou um crescimento de 984,5 milhões de euros (+5,0%).

#### EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO PASSIVO E CAPITAL



### 5.4 RECURSOS DE CLIENTES

No 1º trimestre de 2014 a CEMG continuou a evidenciar uma forte capacidade de atração e retenção de poupanças dos seus clientes e associados, com os recursos de balanço de clientes (depósitos e títulos colocados em clientes) a totalizarem 16 083,0 milhões de euros, o que traduziu um aumento de 7,2%, aumentando o seu peso no total do Passivo e Capital para 71,6%. Para esta evolução contribuiu o significativo aumento, de 12,5%, dos depósitos totais.

#### EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DE CLIENTES

(milhares de euros)

	Mar-14	Dez-13	Mar-13	Variação Homóloga	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
<b>Depósitos de Particulares e Pequenos Negócios</b>	<b>10 166 733</b>	<b>10 149 647</b>	<b>9 784 330</b>	<b>382 403</b>	<b>3,9</b>
Particulares	9 172 568	9 151 330	8 796 527	376 041	4,3
Comerciantes e Prof. Liberais	47 437	50 029	47 299	138	0,3
Instituições sem Fins Lucrativos	946 727	948 288	940 505	6 222	0,7
<b>Depósitos de Empresas</b>	<b>2 827 398</b>	<b>2 756 639</b>	<b>1 892 102</b>	<b>935 296</b>	<b>49,4</b>
<b>Depósitos de Outros Segmentos</b>	<b>923 589</b>	<b>1 132 911</b>	<b>695 390</b>	<b>228 199</b>	<b>32,8</b>
<b>Total de Depósitos</b>	<b>13 917 720</b>	<b>14 039 197</b>	<b>12 371 822</b>	<b>1 545 898</b>	<b>12,5</b>
Títulos Colocados em Clientes	2 165 258	2 270 834	2 627 962	-462 704	-17,6
<b>Total de Recursos de Balanço</b>	<b>16 082 979</b>	<b>16 310 031</b>	<b>14 999 784</b>	<b>1 083 195</b>	<b>7,2</b>
<b>Recursos fora de Balanço</b>	<b>1 040 699</b>	<b>1 008 139</b>	<b>1 016 571</b>	<b>24 128</b>	<b>2,4</b>
<b>Total de Recursos</b>	<b>17 123 677</b>	<b>17 318 170</b>	<b>16 016 354</b>	<b>1 107 323</b>	<b>6,9</b>

## 6. LIQUIDEZ

A evolução positiva dos depósitos de clientes e a continuação do processo de desalavancagem conduziram, mais uma vez, a uma significativa diminuição do *gap* comercial (Depósitos – Crédito), que passou de -3 299,1 milhões de euros no 1º trimestre de 2013 para -1 540,2 milhões de euros, no 1º trimestre de 2014, com efeito favorável em termos de liquidez. Observou-se uma nova redução do rácio de alavancagem (crédito sobre depósitos), que passou de 126,5% para 111,0%, nos mesmos períodos. Se considerarmos a totalidade dos recursos de clientes de balanço, o rácio de alavancagem situou-se em 96,1%.

### RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO DOS DEPÓSITOS EM CRÉDITO

	Mar-14	Mar-13
	%	%
<b>Crédito a Clientes Líquido / Depósitos de Clientes <sup>(a)</sup></b>	<b>111.02</b>	<b>126.48</b>
<b>Crédito a Clientes Líquido / Recursos de Clientes de Balanço <sup>(b)</sup></b>	<b>96.13</b>	<b>104.45</b>

(a) De acordo com a Instrução n.º 23/2012, do Banco de Portugal

(b) Recursos de Clientes de Balanço = Depósitos de Clientes e Títulos Colocados em Clientes

Durante o 1º trimestre de 2014, foram amortizados 275,1 milhões de euros de dívida titulada (132,8 milhões de euros no 1º trimestre de 2013). As necessidades de refinanciamento de dívida de médio e longo prazo, líquidas de vencimentos, fixam-se em, apenas, 562 milhões de euros.

No final do 1º trimestre de 2014, os recursos obtidos pela CEMG junto do BCE ascendiam a 2 940.0 milhões de euros, o que traduz uma redução de 455 milhões de euros, face a 31 de dezembro de 2013. Os ativos elegíveis para operações de refinanciamento junto daquele Banco Central situavam-se em 4 711, 521 milhões de euros, a 31 de março 2014, +24,8% do que igual período do ano anterior. Destes, encontram-se ainda disponíveis para eventuais futuras operações de redesconto 1 771,521 milhões de euros, ou seja, verificou-se um aumento da folga de liquidez disponível junto do BCE em 22,6%, relativamente ao trimestre homólogo.

### POOL DE ATIVOS ELEGÍVEIS PARA REFINANCIAMENTO JUNTO DO BCE

(milhares de euros)

	Mar-14		Dez-13		Mar-13		Variação Homóloga	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<i>Pool</i> de Ativos Elegíveis	4 711 521	100,0	5 783 695	100,0	3 774 402	100,0	937 119	24,8
Utilização da <i>Pool</i>	2 940 000	62,4	3 395 000	58,7	2 330 000	61,7	610 000	26,2
<b><i>Pool</i> Ativos Disponíveis</b>	<b>1 771 521</b>	<b>37,6</b>	<b>2 388 695</b>	<b>41,3</b>	<b>1 444 402</b>	<b>38,3</b>	<b>327 119</b>	<b>22,6</b>

## 7. CAPITAL E SOLVABILIDADE

O Capital da Caixa Económica (Capital Institucional + Fundo de Participação) totalizou 1 697 milhões de euros em 31 de março 2014, evidenciando a nova configuração, desde 17 de dezembro 2013, que inclui as UP do Fundo de Participação, para além do capital institucional de 1 500 milhões de euros.

Em março de 2014, o capital *Core Tier 1* aumentou 0,3 pontos percentuais, face a março de 2013, tendo subjacente o aumento do Capital de 405 milhões de euros, o que permitiu cobrir um aumento dos requisitos mínimos de fundos próprios de 5,8% e obter um reforço do rácio *Core Tier 1*, para 10,8%.

### Basileia III – Novas regras e requisitos de capital

Na sequência da publicação, em 26 junho de 2013, da regulamentação europeia sobre o novo regime prudencial para o setor bancário, conhecido por Basileia III, com novas regras e requisitos de capital, estabelecidos pela *Capital Requirements Directive IV* (Diretiva 2013/36/EU) e pelo *Capital Requirements Regulation (CRD IV/CRR)* (Regulamento 575/2013), o Banco de Portugal publicou o Aviso 6/2013 que regulamenta o regime transitório previsto no regulamento n.º 575/2013 em matéria de fundos próprios e estabelece medidas destinadas à preservação desses fundos.

As novas regras preveem como requisitos, a partir do início de 2014, um rácio de Fundos Principais do Nível 1 (“*Common Equity Tier 1*”-CET1) de 7,0%, de acordo com as regras da CRD IV “phasing-in”, isto é, considerando os planos transitórios para a sua aplicação.

Deste modo, o rácio *Common Equity Tier 1* (CET1), calculado com base nas regras “phasing-in”, situou-se nos 11,3%, acima do requisito mínimo de 7,0% para o ano de 2014, enquanto o rácio de Capital Total CRD IV atingiu 13,2%, acima do limite mínimo de 8%.

### FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIOS DE SOLVABILIDADE

Rubricas	(milhares de euros)				
	Mar-14	Dez-13	Mar-13	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
<b>1. Fundos Próprios Totais</b>	<b>1 804 265</b>	<b>1 849 276</b>	<b>1 838 789</b>	<b>-34 525</b>	<b>-1.9</b>
(+) <i>Capital</i>	1 696 650	1 700 000	1 295 000	+401 650	+31.0
(+) <i>Reservas e Resultados</i>	-60 431	238 195	298 885	-359 316	-120.2
(-) <i>Deduções Regulamentares</i>	76 576	375 960	162 661	-86 085	-52.9
<b>1.1 (=) Capital Core Tier I</b>	<b>1 559 644</b>	<b>1 562 235</b>	<b>1 431 224</b>	<b>+128 419</b>	<b>+9.0</b>
(+) <i>Outros Instrumentos de Capital</i>	8 273	8 273	15 000	-6 727	-44.8
(-) <i>Deduções Fundos Próprios de Base</i>	12 968	11 087	17 386	-4 418	-25.4
<b>1.2 (=) Fundos Próprios de Base</b>	<b>1 554 949</b>	<b>1 559 421</b>	<b>1 428 838</b>	<b>+126 111</b>	<b>+8.8</b>
(+) Fundos Próprios Complementares	265 450	305 469	423 408	-157 958	-37.3
(-) Outras deduções	16 135	15 615	13 457	+2 678	+19.9
<b>2. Requisitos Mínimos de Fundos Próprios</b>	<b>1 159 394</b>	<b>1 135 092</b>	<b>1 095 478</b>	<b>+63 916</b>	<b>+5.8</b>
<b>3. Ativos e equivalentes ponderados pelo risco (2 x 12.5)</b>	<b>14 492 422</b>	<b>14 188 646</b>	<b>13 693 475</b>	<b>+798 946</b>	<b>+5.8</b>
<b>4. Rácios</b>					
Solvabilidade (1 / 3)	12.45%	13.03%	13.43%	-0.98 p.p.	
<i>Core Capital</i> (1.1 / 3) (a)	10.76%	11.01%	10.45%	+0.31 p.p.	
<i>Tier 1</i> (1.2 / 3)	10.73%	10.99%	10.43%	+0.29 p.p.	
Rácio CET1 ( <i>CRD IV phasing-in</i> )	11.31%	11.63%	-	-	
Rácio CET1 ( <i>CRD IV full</i> )	10.22%	10.01%	-	-	
Rácio Capital Total ( <i>CRD IV phasing-in</i> )	13.18%	13.76%	-	-	
Rácio Capital ( <i>CRD IV full</i> )	12.19%	12.24%	-	-	

(a) Rácio que estabelece um nível mínimo de capital que as instituições devem ter em função dos requisitos de fundos próprios decorrentes dos riscos associados à sua atividade

Com a incorporação dos resultados do trimestre no valor de 35 M€, o rácio *Core Tier 1* ascende a 11,0% e o rácio *Common Equity Tier 1* a 11,6% e 10,5% na implementação "phasing in" e "fully implemented", respetivamente, enquanto que o rácio *Capital Total CRD IV* ascende a 13,4% e 12,5% na implementação "phasing in" e "fully implemented", respetivamente.

## 8. ATIVIDADE INTERNACIONAL

A atividade desenvolvida pelas duas entidades no exterior – Banco Montepio Geral Cabo Verde – IFIC e Finibanco Angola, S.A. - continuou a evidenciar um assinalável nível de crescimento no 1º trimestre de 2014.

No que se refere ao Montepio Geral Cabo Verde (MGCV), os depósitos de clientes atingiram 586,5 milhões de euros no 1º trimestre de 2014 (504,9 milhões de euros no 1º trimestre de 2013), com um crescimento homólogo de 16,2%. O Resultado Líquido do MGCV foi de 250,9 milhares de euros (89,7 milhares de euros no 1º trimestre de 2013), determinado, sobretudo, pelo acréscimo da margem financeira em +187,7 milhares de euros (+112,7%).

Relativamente ao Finibanco Angola, S.A. (FNB-A), é de assinalar o notável crescimento dos Depósitos de Clientes de 145,6%, atingindo 398,5 milhões de euros, bem como do Crédito a Clientes de 115,8%, cujo saldo se situou em 238,6 milhões de euros.

Este aumento da atividade do FNB-A teve reflexo direto na margem financeira, que atingiu 4,4 milhões de euros (+61,0%) e no comissionamento, que se fixou em 2,2 milhões de euros (+15,9%), resultando num crescimento do produto bancário de 36,9%, que alcançou 10,9 milhões de euros. Os resultados de operações cambiais continuaram a dar um forte contributo para a formação do produto bancário do FNB-A, no 1º trimestre de 2014, totalizando 4,1 milhões de euros (+25,8% face ao período homólogo).

Dada a fase do ciclo de vida da instituição, marcada por crescimento acentuado e por reforçadas necessidades de investimento, os custos operacionais do FNB-A registaram um acréscimo de 53,9%, num total de 3,7 milhões de euros, com o rácio de eficiência *cost-to-income* a atingir 33,7%, bastante inferior à média do setor bancário angolano.

Em março de 2014, registou-se um reforço líquido das imparidades da carteira de crédito do FNB-A, face ao período homólogo, de + 4,1 milhões de euros, atingindo 12,2 milhões de euros.

O resultado líquido do exercício do 1º trimestre de 2014 do FNB-A foi de 3,6 milhões de euros, evidenciando um crescimento de 30,5% face aos 2,7 milhões de euros do período homólogo do ano anterior e representando 10,1% dos resultados consolidados.

## 9. NOTAÇÕES DE RATING

A 31 de março de 2014, as notações de *rating* atribuídas à Caixa Económica Montepio Geral pelas agências internacionais Fitch Ratings, Moody's Investors Service e DBRS eram as seguintes:

<b>Agências de Rating</b>	<b>Longo Prazo</b>	<b>Curto Prazo</b>	<b>Outlook</b>
Fitch Ratings	BB	B	Negativo
Moody's	B2	NP	Negativo
DBRS	BBB ( <i>low</i> )	R-2 ( <i>low</i> )	Negativo

## 10. ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS NO 1º TRIMESTRE DE 2014

- › **Campanha de comunicação direcionada para o segmento empresas:** “Quando a sua empresa ganha, ganhamos todos”. É este o conceito da campanha Montepio lançada no final do 1º trimestre de 2014 e destinada a reforçar a visibilidade da aposta do Montepio junto do segmento empresarial.

A campanha multimeios de posicionamento da Instituição perante o tecido empresarial confirma que o Montepio não é um banco direcionado ao segmento de particulares, encontrando-se igualmente preparado para responder às necessidades, desafios e ambições do setor empresarial.

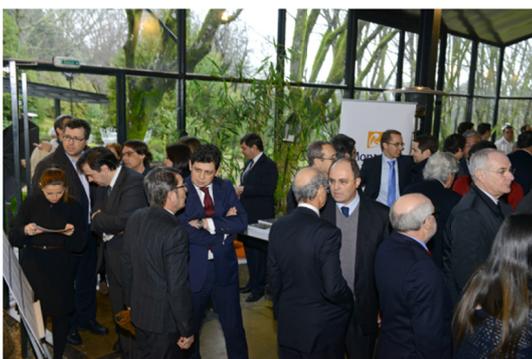
A ideia-chave da campanha é, precisamente, a de que quando se dá resposta às necessidades, projetos e sonhos dos empresários portugueses, é gerada uma cadeia de valor que permite que ganhem as empresas mas também os seus colaboradores, respetivas famílias, os parceiros empresariais e institucionais, os *stakeholders*, a economia (à escala local, regional, nacional) e, no final, o País.

A campanha partilha, de igual modo, os casos nacionais de sucesso empresarial, revelando que as empresas portuguesas têm, em contexto adverso, a capacidade de ultrapassar as dificuldades, gerar receitas e criar valor.

Com as pessoas no centro da comunicação – note-se que a campanha contou com a participação de colaboradores do Montepio, que deram vida aos suportes comunicacionais (à exceção do spot televisivo) -, três empresas clientes da Instituição – Grupo Barraqueiro, Vista Alegre e Full Services - aceitaram o desafio e contaram, em discurso direto, as histórias por detrás do seu sucesso.



- › **Montepio promove roadshow de empresas pelo País:** No 1º trimestre de 2014, o Montepio, determinado a



privilegiar a proximidade ao tecido empresarial nacional e a criar condições para as empresas que desejem crescer de forma sustentável, promoveu dois encontros com empresários. Nas cidades de Aveiro e Guimarães, o Conselho de Administração Executivo da CEMG reuniu empresários, autarcas e quadros dirigentes, estabelecendo contactos e apoiando a inovação e dinamização empresarial.

- › **Presença no SISAB 2014:** Pela terceira vez consecutiva, o Montepio marcou presença no SISAB – Salão Internacional do Setor Alimentar e Bebidas, evento que reuniu mais de seis centenas de expositores nacionais e mais de dois milhares de compradores internacionais.

O Montepio surgiu ao lado das empresas suas clientes, confirmou o seu empenho no sucesso destas e apresentou os produtos e serviços que disponibiliza para apoio à internacionalização dos negócios.

- › **Alteração da denominação da Finivalor, S.A.:** No quadro da integração e identificação das entidades do ex-Finibanco SGPS,SA, foi alterada a denominação da “Finivalor SA” para “Montepio Valor SA” em 24 de janeiro de 2014.
- › **Montepio Trader:** Criação de novas funcionalidades na plataforma Montepio Trader (negociação eletrónica de ativos financeiros), a qual passou a integrar, a partir de 1 de abril de 2014, a opção de contratar CFD (*Contracts for Differences*) sobre o principal índice da Bolsa nacional, o PSI – 20.

No domínio da Marca, Comunicação, Serviço e Corporativo, o Montepio continua a destacar-se em 2014:

- ✓ **NYSE Euronext Lisbon Awards:** No final de janeiro de 2014, o Montepio foi nomeado para os prémios da NYSE Euronext Lisbon em três categorias: *IPO & Seasoned Equity Offer House*; *Corporate Bond House* e *Investment Fund/Open Pension Fund*, contribuindo para colocar o Montepio como uma instituição de referência e parceiro das empresas portuguesas no acesso aos mercados de capitais.
- ✓ **Reconhecimento da qualidade e performance do Call Center:** O Contact Center Montepio integra a lista dos finalistas da edição 2014 do prémio “Best Contact Center Supervisor”, atribuído pela Associação Internacional Contact Center World (Global Association for Contact Center Best Practices & Networking).
- ✓ **Estratégia de comunicação e marketing:** O Montepio voltou a integrar a lista dos nomeados para os Prémios Marketeer. Na 6ª edição do galardão, atribuído pela revista Marketeer, a Instituição foi nomeada na categoria “Banca”, pela estratégia de comunicação e marketing desenvolvida em 2013, nomeadamente no que concerne à diversificação e inovação de produtos.
- ✓ **Política de otimização dos recursos humanos seniores:** A CEMG foi distinguida pela Human Resources Portugal como a empresa que, a nível nacional, revela a melhor política de otimização dos recursos humanos seniores.



## 11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO CONSOLIDADO DA CAIXA ECONÓMICA EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO 2013

(milhares de euros)

	2014		2013	
	Ativo Bruto	Imparidade e Amortizações	Ativo Líquido	Ativo Líquido
<b>ATIVO</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	427 064		427 064	314 259
Disponibilidades em outras instituições de crédito	229 515		229 515	233 785
Ativos financeiros detidos para negociação	63 527		63 527	64 106
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	902		902	3 450
Ativos financeiros disponíveis para venda	3 680 262	30 471	3 649 791	4 545 816
Aplicações em instituições de crédito	384 040	541	383 499	330 063
Crédito a clientes	16 713 133	1 202 009	15 511 124	15 555 141
Investimentos detidos até à maturidade	83 007		83 007	34 631
Derivados de cobertura	596		596	503
Ativos não correntes detidos para venda	770 403	92 830	677 573	681 388
Propriedades de investimento	711 306		711 306	543 534
Outros ativos tangíveis	289 058	169 028	120 030	120 492
Ativos intangíveis	120 535	62 320	58 215	59 279
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	39 550	341	39 209	42 399
Ativos por impostos correntes	5 008		5 008	1 832
Ativos por impostos diferidos	319 513		319 513	336 264
Outros ativos	192 792	13 445	179 347	172 261
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>24 030 211</b>	<b>1 570 985</b>	<b>22 459 226</b>	<b>23 039 203</b>
<b>PASSIVO</b>				
Recursos de bancos centrais			2 968 037	3 427 354
Passivos financeiros detidos para negociação			65 745	62 224
Recursos de outras instituições de crédito			629 522	474 497
Recursos de clientes e outros empréstimos			13 984 679	14 142 828
Responsabilidades representadas por títulos			2 213 152	2 319 428
Passivos financeiros associados a ativos transferidos			193 910	195 049
Derivados de cobertura			1 975	1 849
Provisões			6 984	8 014
Passivos por impostos correntes			7 192	1 353
Outros passivos subordinados			371 924	370 078
Outros passivos			254 560	389 186
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>			<b>20 697 680</b>	<b>21 391 860</b>
<b>CAPITAL</b>				
Capital			1 696 650	1 700 000
Capital Institucional			1 500 000	1 500 000
Fundo de Participação			200 000	200 000
Títulos Próprios			-3 350	-
Outros instrumentos de capital			8 273	8 273
Reservas de reavaliação			37 069	-11 533
Outras reservas e resultados transitados			-27 647	238 194
Resultado do exercício			35 481	-298 626
Interesses minoritários			11 720	11 035
<b>TOTAL DO CAPITAL</b>			<b>1 761 546</b>	<b>1 647 343</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL</b>			<b>22 459 226</b>	<b>23 039 203</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Luis Miguel Lines Andrade

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

António Tomás Correia - Presidente

Jorge Humberto Cruz Barros Jesus Luís

Pedro Miguel de Almeida Alves Ribeiro

Fernando Paulo Pereira Magalhães

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E DE 2013**

(milhares de euros)

	2014	2013
Juros e rendimentos similares	222 353	216 659
Juros e encargos similares	140 475	165 328
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>81 878</b>	<b>51 331</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	34	23
Rendimentos de serviços e comissões	33 076	32 663
Encargos com serviços e comissões	8 255	5 819
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	1 010	-2 836
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	208 705	13 969
Resultados de reavaliação cambial	4 918	3 415
Resultados de alienação de outros ativos	-4 952	-2 164
Outros resultados de exploração	-8 811	2 192
<b>PRODUTO DA ATIVIDADE</b>	<b>307 603</b>	<b>92 774</b>
Custos com pessoal	46 000	47 868
Gastos gerais administrativos	26 508	23 151
Depreciações e amortizações	9 191	7 492
Provisões líquidas de reposições e anulações	-301	542
Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações	149 468	18 186
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	18 189	4 248
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	1 662	8 172
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	-7 537	-1 389
<b>RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES MINORITÁRIOS</b>	<b>49 349</b>	<b>-18 274</b>
Impostos		
Correntes	-22 489	-1 925
Diferidos	9 296	4 768
Interesses Minoritários	-675	-338
<b>RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>35 481</b>	<b>-15 769</b>

**O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS**
**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO**

Luís Miguel Lines Andrade

António Tomás Correia - Presidente

Jorge Humbeto Cruz Barros Jesus Luís

Pedro Miguel de Almeida Alves Ribeiro

Fernando Paulo Pereira Magalhães

## 12. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES

# Caixa Económica Montepio Geral

## Demonstração dos Resultados Consolidados para os períodos de 3 meses findos em 31 de Março de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	31 Março 2014	31 Março 2013
Juros e rendimentos similares	2	222 353	216 659
Juros e encargos similares	2	140 475	165 328
<b>Margem financeira</b>	3	<b>81 878</b>	<b>51 331</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	4	34	23
Rendimentos de serviços e comissões	5	33 076	32 663
Encargos com serviços e comissões	5	( 8 255)	( 5 819)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	6	1 010	( 2 836)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	208 705	13 969
Resultados de reavaliação cambial	8	4 918	3 415
Resultados de alienação de outros activos	9	( 4 952)	( 2 164)
Outros resultados de exploração	10	( 8 811)	2 192
<b>Total de proveitos operacionais</b>		<b>307 603</b>	<b>92 774</b>
Custos com pessoal	11	46 000	47 868
Gastos gerais administrativos	12	26 508	23 151
Amortizações do exercício	13	9 191	7 492
<b>Total de custos operacionais</b>		<b>81 699</b>	<b>78 511</b>
Imparidade do crédito	14	149 468	18 186
Imparidade de outros activos financeiros	15	18 189	4 248
Imparidade de outros activos	16	1 662	8 172
Outras provisões	17	( 301)	542
<b>Resultado operacional</b>		<b>56 886</b>	<b>( 16 885)</b>
Resultados por equivalência patrimonial	18	( 7 537)	( 1 389)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>49 349</b>	<b>( 18 274)</b>
Impostos			
Correntes	33	( 22 489)	( 1 925)
Diferidos	33	9 296	4 768
<b>Resultado após impostos</b>		<b>36 156</b>	<b>( 15 431)</b>
Resultado consolidado do período atribuível ao Capital institucional e fundo de participação		35 481	( 15 769)
Interesses que não controlam	50	675	338
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>36 156</b>	<b>( 15 431)</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

# Caixa Económica Montepio Geral

Balanço Consolidado em 31 de Março de 2014 e 31 de Dezembro de 2013

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	31 Março 2014	31 Dezembro 2013
<b>Activo</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	19	427 064	314 259
Disponibilidades em outras instituições de crédito	20	229 515	233 785
Aplicações em instituições de crédito	21	383 499	330 063
Crédito a clientes	22	15 511 124	15 555 141
Activos financeiros detidos para negociação	23	63 527	64 106
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	24	902	3 450
Activos financeiros disponíveis para venda	25	3 649 791	4 545 816
Derivados de cobertura	26	596	503
Investimentos detidos até à maturidade	27	83 007	34 631
Investimentos em associadas e outras	28	39 209	42 399
Activos não correntes detidos para venda	29	677 573	681 388
Propriedades de investimento	30	711 306	543 534
Outros activos tangíveis	31	120 030	120 492
Activos intangíveis	32	58 215	59 279
Activos por impostos correntes		5 008	1 832
Activos por impostos diferidos	33	319 513	336 264
Outros activos	34	179 347	172 261
<b>Total do Activo</b>		<b>22 459 226</b>	<b>23 039 203</b>
<b>Passivo</b>			
Recursos de bancos centrais	35	2 968 037	3 427 354
Recursos de outras instituições de crédito	36	629 522	474 497
Recursos de clientes	37	13 984 679	14 142 828
Responsabilidades representadas por títulos	38	2 213 152	2 319 428
Passivos financeiros associados a activos transferidos	39	193 910	195 049
Passivos financeiros detidos para negociação	23	65 745	62 224
Derivados de cobertura	26	1 975	1 849
Provisões	40	6 984	8 014
Passivos por impostos correntes		7 192	1 353
Outros passivos subordinados	41	371 924	370 078
Outros passivos	42	254 560	389 186
<b>Total do Passivo</b>		<b>20 697 680</b>	<b>21 391 860</b>
<b>Capitais próprios</b>			
Capital institucional	43	1 500 000	1 500 000
Fundo de participação	44	200 000	200 000
Outros instrumentos de capital	45	8 273	8 273
Títulos próprios	48	(3 350)	-
Reservas de reavaliação	47	37 069	(11 533)
Outras reservas e resultados transitados	46 e 47	(27 647)	238 194
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível aos detentores de capital institucional e fundo de participação		35 481	(298 626)
<b>Total dos Capitais Próprios atribuíveis aos detentores de capital institucional e fundo de participação</b>		<b>1 749 826</b>	<b>1 636 308</b>
Interesses que não controlam	50	11 720	11 035
		1 761 546	1 647 343
		<b>22 459 226</b>	<b>23 039 203</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

# Caixa Económica Montepio Geral

## Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados para os períodos de 3 meses findos em 31 de Março de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Euros)

	<b>31 Março 2014</b>	<b>31 Março 2013</b>
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>		
Juros recebidos	190 033	216 059
Comissões recebidas	( 34 547)	30 329
Pagamento de juros	( 142 792)	( 183 740)
Pagamento de comissões	( 8 255)	( 5 237)
Despesas com pessoal e fornecedores	( 89 553)	( 68 807)
Recuperação de crédito e juros	3 967	593
Outros pagamentos e recebimentos	150 740	130 388
	<u>69 593</u>	<u>119 585</u>
<b>(Aumentos) / diminuições de activos operacionais</b>		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	( 128 018)	177 952
Outros activos	145 000	( 196 372)
	<u>16 982</u>	<u>( 18 420)</u>
<b>(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais</b>		
Recursos de clientes	( 163 316)	( 740 147)
Recursos de outras instituições de crédito	157 420	( 48 763)
Recursos de Bancos Centrais	( 455 000)	570 000
	<u>( 460 896)</u>	<u>( 218 910)</u>
	<u>( 374 321)</u>	<u>( 117 745)</u>
<b>Fluxos de caixa de actividades de investimento</b>		
Dividendos recebidos	34	23
(Compra) / Venda de activos financeiros detidos para negociação	( 2 873)	58 775
(Compra) / Venda de activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 548	2 612
(Compra) / Venda de outros activos financeiros disponíveis para venda	920 664	( 562 300)
(Compra) / Venda de derivados de cobertura	105	( 262)
(Compra) / Venda de investimentos detidos até à maturidade	( 55 807)	( 270)
(Compra) / Venda de investimentos em associadas	3 190	1 881
Depósitos detidos com fins de controlo monetário	( 148 814)	63 822
Aquisição de imobilizações	( 173 569)	( 533)
	<u>545 478</u>	<u>( 436 252)</u>
<b>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</b>		
Recompra de Fundo de Participação	( 3 350)	-
Emissão de obrigações de caixa e títulos subordinados	125 853	567 174
Reembolso de obrigações de caixa e títulos subordinados	( 323 336)	-
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	( 10 603)	( 8 776)
	<u>( 211 436)</u>	<u>558 398</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes	<u>( 40 279)</u>	<u>4 401</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	<u>414 002</u>	<u>391 419</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes	<u>( 40 279)</u>	<u>4 401</u>
Caixa e equivalentes no fim do exercício	<u>373 723</u>	<u>395 820</u>
Caixa e equivalentes no fim do exercício engloba:		
Caixa (nota 19)	144 208	156 672
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 20)	229 515	239 148
Total	<u>373 723</u>	<u>395 820</u>

## Caixa Económica Montepio Geral

Mapa das alterações dos Capitais Próprios Consolidados  
para o período de três meses findo em 31 de Março de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Euros)

			Fundo de participação	Outros instrumentos de capital	Reserva geral e especial	Reservas de reavaliação	Outras reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados acumulados	Interesses que não controlam
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	1 634 970	1 295 000	-	15 000	254 095	(20 290)	18 321	65 887	6 957
Movimentos registados directamente na situação líquida:									
Desvios actuariais no período	(12 444)	-	-	-	-	-	-	(12 444)	-
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas	(2 879)	-	-	-	-	-	-	(2 879)	-
Alterações de justo valor	5 224	-	-	-	-	5 224	-	-	-
Capital institucional Fundo de participação	(3 684)	-	-	-	-	(3 684)	-	-	-
Resultado do período	(15 431)	-	-	-	-	-	-	(15 769)	338
Interesses que não controlam	224	-	-	-	-	-	-	-	224
Outras reservas	3 935	-	-	-	-	-	(1 900)	5 835	-
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(388)	-	-	-	-	-	-	(388)	-
Constituição de reservas									
Reserva geral	-	-	-	-	1 101	-	-	(1 101)	-
Saldos em 31 de Março de 2013	1 609 527	1 295 000	-	15 000	255 196	(18 750)	16 421	39 141	7 519
Movimentos registados directamente na situação líquida:									
Desvios actuariais no período	(53 783)	-	-	-	-	-	-	(53 783)	-
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas	(1 899)	-	-	-	-	-	-	(1 899)	-
Alterações de justo valor	28 212	-	-	-	-	28 212	-	-	-
Impostos diferidos relativos a variações do justo valor	(6 176)	-	-	-	-	(6 176)	-	-	-
Resultado do período	(280 704)	-	-	-	-	-	-	(282 857)	2 153
Interesses que não controlam	1 797	-	-	-	-	-	-	-	1 797
Distribuição de resultados da Caixa Económica Montepio Geral	(1 692)	-	-	-	-	-	-	(1 692)	-
Dividendos do Fimbanco Angola, S.A.	(434)	-	-	-	-	-	-	-	(434)
Outras reservas	(45 405)	-	-	-	-	-	(31 240)	(14 165)	-
Aumento de capital em numerário	205 000	205 000	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital por subscrição de títulos de participação	200 000	-	200 000	-	-	-	-	-	-
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(373)	-	-	-	-	-	-	(373)	-
Valores mobiliários perpétuos subordinados próprios	(6 727)	-	-	(6 727)	-	-	-	-	-
Constituição de reservas									
Reserva geral	-	-	-	-	496	-	-	(496)	-
Reserva especial	-	-	-	-	113	-	-	(113)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	1 647 343	1 500 000	200 000	8 273	255 805	3 286	(14 819)	(316 237)	11 035
Movimentos registados directamente na situação líquida:									
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas	(776)	-	-	-	-	-	-	(776)	-
Alterações de justo valor	88 075	-	-	-	-	88 075	-	-	-
Impostos diferidos relativos a variações do justo valor	(25 271)	-	-	-	-	(25 271)	-	-	-
Resultado do período	36 156	-	-	-	-	-	-	35 481	675
Interesses que não controlam	10	-	-	-	-	-	-	-	10
Outras reservas	19 761	-	-	-	-	-	(14 202)	33 963	-
Aquisição de títulos de participação próprios	(3 350)	-	(3 350)	-	-	-	-	-	-
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(402)	-	-	-	-	-	-	(402)	-
Saldos em 31 de Março de 2014	1 761 546	1 500 000	196 650	8 273	255 805	66 090	(29 021)	(247 971)	11 720

## Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral  
para o período de três meses findo em 31 de Março de 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

	31 Março 2014		
	Total	Detentores de capital da CEMG	Interesses que não controlam
<b>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados</b>			
Reservas de justo valor			
Activos financeiros disponíveis para venda	88 075	-	-
Impostos	( 25 271)	-	-
	62 804	-	-
<b>Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados</b>			
Impostos diferidos	( 776)	-	-
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	( 402)	-	-
	( 1 178)	-	-
Resultado líquido do período	36 156	35 481	675
Total de outro rendimento integral do período	98 960	35 481	675

## Caixa Económica Montepio Geral

### Demonstração Consolidada do Rendimento Integral para o período de três meses findo em 31 de Março de 2013

(Valores expressos em milhares de Euros)

	31 Março 2013		
	Total	Detentores de capital da CEMG	Interesses que não controlam
<b>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados</b>			
Reservas de justo valor			
Activos financeiros disponíveis para venda	5 224	-	-
Impostos	( 3 684)	-	-
	1 540	-	-
<b>Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados</b>			
Desvios actuariais do exercício	( 12 444)	-	-
Impostos diferidos	( 2 879)	-	-
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	( 388)	-	-
	( 15 711)	-	-
Resultado líquido do período	( 15 431)	( 15 769)	338
Total de outro rendimento integral do período	( 29 602)	( 15 769)	338

# Caixa Económica Montepio Geral

## Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares 31 de Março de 2014

### 1 Políticas contabilísticas

#### a) Bases de apresentação

A Caixa Económica Montepio Geral (adiante designada por “CEMG”) é uma instituição de crédito, anexa e detida pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo sido constituída em 24 de Março de 1844. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, bem como do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio, que regulamenta a actividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua actividade. Porém, a CEMG pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal, o que na prática se traduz na possibilidade de realizar a universalidade das operações bancárias. As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os resultados das operações da CEMG e de todas as suas subsidiárias (em conjunto Grupo’) e a participação do Grupo nas associadas para os períodos de três meses findos em 31 de Março de 2014 e 2013.

No decurso do exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista, accionista único da CEMG, procedeu à aquisição pelo montante de 341.250 milhares de Euros de 100% do capital da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. através de uma Oferta Pública de Aquisição.

Em 31 de Março de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista alienou a participação detida na Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. à CEMG. No âmbito da alteração da estrutura do Grupo decorrente desta aquisição, em 4 de Abril de 2011, a CEMG adquiriu um conjunto de activos e passivos do Finibanco, S.A. (excluindo os imóveis propriedade do Finibanco, S.A. e adquiridos por este em resultado de aquisições em reembolso de crédito próprio e os contratos de locação financeira (mobiliária e imobiliária) em que o Finibanco, S.A. é locador financeiro e os elementos do activo imobilizado que suportam materialmente a actividade de locação financeira), bem como todos os passivos e provisões associadas.

A 3 de Setembro de 2013, a Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. alterou a sua designação para Montepio Holding, S.G.P.S., S.A. e a 12 de Julho de 2013, o Finibanco, S.A. alterou a sua designação para Montepio Investimento, S.A.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002 e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme aprovadas pela União Europeia (UE) a partir do exercício de 2005. As IFRS incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores. As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo da CEMG em 7 de Maio de 2014. As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros arredondados ao milhar mais próximo.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respectiva versão vigente.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo para os três meses findos em 31 de Março de 2014 foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data, sendo as divulgações apresentadas de acordo com os requisitos definidos pela IAS 34. Estas demonstrações financeiras apresentam também a demonstração dos resultados do primeiro trimestre de 2014 com os comparativos do primeiro trimestre do ano anterior. As demonstrações financeiras do período de três meses findo em 31 de Março de 2014 não incluem toda a informação a divulgar nas demonstrações financeiras anuais completas.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do período anterior, tendo sido introduzidas as alterações decorrentes da adopção das seguintes normas: IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 11 - Acordos Conjuntos e IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades, de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2014.

#### *IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas*

A IFRS 10 revogou parte da IAS 27- Demonstrações Financeiras Separadas e a SIC 12 e introduziu um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado. O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

De acordo com as regras de transição definidas na IFRS 10, o Grupo reavaliou o controlo sobre os seus investimentos em 1 de Janeiro de 2013, não tendo tido quaisquer impactos decorrentes desta reavaliação.

#### *IFRS 11 - Acordos Conjuntos*

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações. A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

As alterações decorrentes da adopção da IFRS 11 não tiveram impacto ao nível da mensuração dos activos e passivos do Grupo.

#### *IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades*

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros

activos financeiros e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Activos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda (*disposal groups*) são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos activos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na política contabilística descrita na nota 1 z).

## b) Bases de consolidação

A partir de 1 de Janeiro de 2010, o Grupo passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de actividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospectivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos, proveitos e custos do Banco e das suas subsidiárias (Grupo), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

### *Participações financeiras em subsidiárias*

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade (controlo de facto). As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o Grupo adquire o controlo se até à data em que o controlo termina.

Após 1 de Janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos. Anteriormente a essa data, quando as perdas acumuladas de uma subsidiária, atribuíveis aos interesses que não controlam, excediam o interesse não controlado no capital próprio dessa subsidiária, o excesso era atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que foram incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente foram reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses que não controlam anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas.

Após 1 de Janeiro de 2010, numa operação de aquisição por fases/etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, aquando do cálculo do *goodwill*, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao valor de mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

### *Investimentos financeiros em associadas*

Os investimentos financeiros em associadas são consolidados pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Grupo não possui influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Transacções materiais entre o Grupo e a participada;
- Intercâmbio de pessoal de gestão; e
- Fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal de assumir essas perdas em nome da associada.

### *Diferenças de consolidação - Goodwill*

O registo dos custos directamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária é directamente imputado a resultados.

A totalidade do *goodwill* positivo resultante de aquisições é reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização.

O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional dos activos e passivos e passivos contingentes da adquirida, consoante a opção tomada.

Caso o *goodwill* apurado seja negativo este é registado directamente em resultados do exercício em que a concentração de actividades ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

O *goodwill* não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados, ou capitais próprios, se aplicável.

#### *Aquisição e diluição de interesses que não controlam*

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transacção com accionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transacção. A diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida directamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

#### *Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro*

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo residentes no estrangeiro são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam ou como a moeda em que as subsidiárias obtêm os seus proveitos ou financiam a sua actividade. Na consolidação, o valor dos activos e passivos, incluindo o *goodwill*, de subsidiárias residentes no estrangeiro é registado pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço. O *goodwill* existente sobre estes investimentos é reavaliado por contrapartida de reservas.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, a que se reportam as contas consolidadas, são relevadas por contrapartida de reservas - diferenças cambiais. As diferenças cambiais resultantes dos instrumentos de cobertura relativamente às participações expressas em moeda estrangeira são diferenças cambiais registadas em capitais próprios em relação aquelas participações financeiras. Sempre que a cobertura não seja totalmente efectiva, a diferença apurada é registada em resultados do exercício.

Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros a uma taxa de câmbio aproximada das taxas em vigor na data em que se efectuaram as transacções. As diferenças cambiais resultantes da conversão em Euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas - diferenças cambiais.

Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro para as quais existe perda de controlo, as diferenças cambiais associadas à participação financeira e à respectiva operação de cobertura previamente registadas em reservas são transferidas para resultados, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

#### *Transacções eliminadas em consolidação*

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

### **c) Crédito a clientes**

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Grupo expiram; ou (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

#### *Imparidade*

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, poderá ser classificada como carteira com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, que possam ser estimados de forma fiável.

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise colectiva.

#### *(i) Análise individual*

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade. Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- A exposição total de cada cliente junto do Grupo e a existência de crédito vencido;
- A viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- A existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- A deterioração significativa no *rating* do cliente;
- O património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- A existência de credores privilegiados; e
- O montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas por imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objectiva de imparidade são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas colectivamente.

*(ii) Análise colectiva*

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva podem ser calculadas através de duas perspectivas:

- Para grupos homogéneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou
- Em relação a perdas incorridas mas não identificadas ('IBNR') em créditos para os quais não existe evidência objectiva de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

- Experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- Conhecimento das actuais envolventes económica e creditícia e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e
- Período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite ao Grupo o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerá em períodos futuros.

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspectiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

## **d) Instrumentos financeiros**

*(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente*

*1) Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados*

*1a) Activos financeiros detidos para negociação*

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado classificado como de cobertura), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a acções destas carteiras são registados em Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em margem financeira.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

#### *1b) Outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (Fair Value Option)*

O Grupo adoptou o *Fair Value Option* para algumas emissões próprias. As variações de risco de crédito do Grupo associadas a passivos financeiros em *Fair Value Option* encontram-se divulgadas na nota da rubrica Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados.

A designação de outros activos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*) pode ser realizada desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- os activos e passivos financeiros são geridos, avaliados e reportados internamente ao seu justo valor;
- a designação elimina ou reduz significativamente o *mismatch* contabilístico das transacções; e
- os activos ou passivos financeiros contêm derivados embutidos que alteram significativamente os fluxos de caixa dos contratos originais (*host contracts*).

Os activos e passivos financeiros ao *Fair Value Option* são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados no momento inicial, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira com base na taxa de juro efectiva de cada transacção, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

#### *2) Activos financeiros disponíveis para venda*

Os activos financeiros disponíveis para venda detidos com o objectivo de serem mantidos pelo Grupo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados numa outra categoria de activos financeiros. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções e posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda” da demonstração dos resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva em margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

#### *3) Investimentos detidos até à maturidade*

Nesta categoria são reconhecidos activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Grupo tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de activos financeiros. Estes activos financeiros são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efectiva e reconhecido em margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará o Grupo a reclassificar integralmente esta carteira para activos financeiros disponíveis para venda e ficará durante dois anos impossibilitado de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

#### *4) Crédito a clientes - Crédito titulado*

Os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado e que o Grupo não tenha a intenção de venda imediata nem num futuro próximo, podem ser classificados nesta categoria.

O Grupo apresenta nesta categoria para além do crédito concedido, papel comercial. Os activos financeiros aqui reconhecidos são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva destes instrumentos financeiros. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

#### *5) Outros passivos financeiros*

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de Operações Financeiras no momento em que ocorrem.

#### *(ii) Imparidade*

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade. Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas do Grupo, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de um ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como activos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento possa ser objectivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A recuperação das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como

ativos financeiros disponíveis para venda é registada como mais-valia em reservas de justo valor quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

*(iii) Derivados embutidos*

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal (*host contract*), desde que o instrumento híbrido (conjunto) não esteja, à partida, reconhecido ao justo valor através de resultados. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações de justo valor subsequentes registadas em resultados do período e apresentadas na carteira de derivados de negociação.

**e) Contabilidade de cobertura**

*(i) Contabilidade de cobertura*

O Grupo designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente efectiva;
- a efectividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do período, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

*(ii) Cobertura de justo valor*

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

*(iii) Cobertura de fluxos de caixa*

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidas em capitais próprios - reservas de fluxos de caixa na parte efectiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefectiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do período nos períodos em que o item coberto afecta resultados.

No caso de uma cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, quando o instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura, ou a relação de cobertura é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente. Desta forma, as variações de justo valor do derivado acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura podem ser:

- Diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto; ou
- Reconhecidas de imediato em resultados do exercício, no caso de o instrumento coberto se ter extinguido.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transacção futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transacção futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

*(iv) Efectividade de cobertura*

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

*(v) Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira*

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efectiva da relação de cobertura. A parte inefectiva é reconhecida em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respectiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

**f) Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros**

Em Outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Activos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para

Investimentos detidos até à maturidade (*Held-to-maturity*), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- Se um activo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado activo; ou
- Quando se verificar algum evento que é não usual e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma circunstância rara.

O Grupo adoptou esta possibilidade para um conjunto de activos financeiros.

As transferências de activos financeiros reconhecidas na categoria de Activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Investimentos detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias específicas.

São proibidas as transferências de e para outros Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*).

### **g) Desreconhecimento**

O Grupo desreconhece activos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos financeiros foram transferidos ou o Grupo não mantém controlo dos mesmos.

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

### **h) Instrumentos de capital**

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito ao seu recebimento é estabelecido e deduzidos ao capital próprio.

### **i) Empréstimo de títulos e transacções com acordo de recompra**

#### *(i) Empréstimo de títulos*

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou

instituições financeiras. Os proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira).

*(ii) Acordos de recompra*

O Grupo realiza compras/vendas de títulos com acordo de revenda/recompra de títulos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os títulos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos em balanço. Os montantes pagos são reconhecidos em crédito a clientes ou aplicações em instituições de crédito. Os valores a receber são colateralizados pelos títulos associados. Os títulos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como recursos de clientes ou de outras instituições de crédito.

A diferença entre as condições de compra/venda e as de revenda/recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e rendimentos similares e juros e encargos similares.

**j) Activos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação**

Os activos não correntes, grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) e operações em descontinuação são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e passivos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como activos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações em descontinuação e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Grupo classifica igualmente em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Grupo.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido de despesas, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do período.

## **k) Locação financeira**

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

## **l) Reconhecimento de juros**

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de activos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspectos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não esteja coberto por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de activos e passivos avaliados ao

justo valor através de resultados. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a activos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de *Fair Value Option*, a componente de juro é reconhecida em juros e rendimentos similares ou em juros e encargos similares (margem financeira).

#### m) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam; ou
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

#### n) Actividades fiduciárias

Os activos detidos no âmbito de actividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas actividades são reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.

#### o) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Outras imobilizações	4 a 10

Sempre que exista uma indicação de que um activo fixo tangível possa ter imparidade, é efectuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse activo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de activos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do período.

**p) Propriedades de investimento**

Os imóveis detidos pelos fundos de investimento consolidados pelo Grupo são reconhecidos como propriedades de investimento, dado que estes imóveis têm como objectivo a valorização do capital a longo prazo e não a venda a curto prazo, nem são destinados à venda no curso ordinário do negócio nem para sua utilização.

Estes investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção, e subsequentemente são reavaliados ao justo valor. O justo valor da propriedade de investimento deve reflectir as condições de mercado à data do balanço. As variações de justo valor são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica de Outros resultados de exploração.

Os avaliadores responsáveis pela valorização do património estão devidamente certificados para o efeito, encontrando-se inscritos na CMVM.

**q) Activos intangíveis**

*Software*

O Grupo regista em activos intangíveis os custos associados ao *software* adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado entre 3 e 6 anos. O Grupo não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.

**r) Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

**s) *Offsetting***

Os activos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando o Grupo tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

**t) Transacções em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com

excepção daqueles reconhecidos em activos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

## u) Benefícios dos empregados

### *Pensões*

Decorrente da assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho (“ACT”) e subsequentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos, o Grupo constituiu fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência, benefícios de saúde e subsídio de morte.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através de fundos de pensões geridos pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, em 31 de Dezembro de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pelo Grupo multiplicando o activo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos activos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos activos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos actuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos activos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Grupo reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no exercício. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Grupo efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

Anualmente, o Grupo avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

#### *Benefícios de saúde*

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Grupo, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

#### *Prémios de antiguidade*

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Grupo assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Grupo, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Grupo de acordo com a IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios por antiguidade é estimado anualmente, à data do balanço, pelo Grupo com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios por antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

#### *Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)*

De acordo com a IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e aos membros dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

## v) **Impostos sobre lucros**

Até 31 de Dezembro de 2011, a CEMG encontrava-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ('IRC'), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 10º do Código do IRC, tendo tal isenção sido reconhecida por Despacho de 3 de Dezembro de 1993, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012, a CEMG passa a estar sujeita ao regime estabelecido no Código do IRC. Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do *goodwill*, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Grupo procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

## w) **Relato por segmentos**

O Grupo adoptou a IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos. Um segmento é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos. Os resultados dos segmentos são periodicamente revistos pela Gestão com vista à tomada de decisões. O Grupo prepara regularmente informação financeira relativa a estes segmentos, a qual é reportada à Gestão. Um segmento é uma componente identificável que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

Para gestão de negócio, o Grupo considera os seguintes segmentos: (i) Operacionais: Banca de Retalho, Banca de Empresas e Outros Segmentos, e (ii) segmentos geográficos: Portugal e Área Internacional (Angola e Cabo Verde).

## x) **Provisões**

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos no IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, provisões correspondentes ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

## y) **Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros**

A CEMG é uma entidade autorizada pelo Instituto de Seguros de Portugal para a prática da actividade de mediação de seguros, na categoria de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o Artigo 8º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho, desenvolvendo a actividade de intermediação de seguros nos ramos vida e não vida.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros a CEMG efectua a venda de contratos de seguros. Como remuneração pelos serviços prestados de mediação de seguros, a CEMG recebe comissões de mediação de contratos de seguros, as quais estão definidas em acordos/protocolos estabelecidos entre a CEMG e as Seguradoras.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros têm a seguinte tipologia:

- comissões que incluem uma componente fixa e uma componente variável. A componente fixa é calculada pela aplicação de uma taxa pré-determinada sobre o valor das subscrições efectuadas

pela CEMG e a componente variável é calculada mensalmente segundo critérios pré-estabelecidos, sendo a comissão total anual igual à soma das comissões calculadas mensalmente;

e

- comissões por participação nos resultados de seguros, as quais são apuradas anualmente e pagas pela Seguradora no início do ano seguinte (até 31 de Janeiro) àquele a que respeitam.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que as comissões cujo pagamento ocorre em momento diferente do período a que respeita são objecto de registo como valor a receber numa rubrica de Outros activos por contrapartida da rubrica Comissões recebidas – Por serviços de mediação de seguros.

O Grupo não efectua a cobrança de prémios de seguro por conta das Seguradoras, nem efectua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro activo e passivo, rendimento ou encargo a reportar, relativo à actividade de mediação de seguros exercida pela CEMG, para além dos já divulgados.

## **z) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas**

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração Executivo utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisados nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração Executivo, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. O Conselho de Administração Executivo considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

### *Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda*

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia, entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros. De acordo com as políticas do Grupo, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de um ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

#### *Perdas por imparidade em créditos a clientes*

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 c).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

#### *Justo valor dos instrumentos financeiros derivados*

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

#### *Investimentos detidos até à maturidade*

O Grupo classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos da IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Grupo avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Grupo não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Grupo. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

#### *Entidades incluídas no perímetro de consolidação*

Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade (controlo de facto).

A decisão de que uma entidade tem que ser consolidada pelo Grupo requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar dos mesmos através do seu poder.

Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos resultados consolidados.

#### *Impostos sobre os lucros*

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais Portuguesas têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Grupo e pelas suas subsidiárias residentes durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração Executivo considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

#### *Pensões e outros benefícios dos empregados*

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

#### *Imparidade do Goodwill*

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo do Grupo é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço das entidades do Grupo para as quais se encontra reconhecido no activo o respectivo *goodwill*, é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o valor recuperável da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

## 2 Margem financeira e resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira, dos resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específico pode gerar impactos quer na rubrica de resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e em activos financeiros disponíveis para venda, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, não evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Mar 2013</b>
Margem Financeira	81 878	51 331
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda	209 715	11 133
	<u>291 593</u>	<u>62 464</u>

### 3 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Mar 2014			Mar 2013		
	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos / passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para a venda	De activos / passivos ao justo valor através de resultados	Total
<b>Juros e rendimentos similares</b>						
Juros de crédito	128 263	-	128 263	124 644	-	124 644
Juros de outras aplicações	809	-	809	592	-	592
Juros de depósitos	265	-	265	167	-	167
Juros de títulos disponíveis para venda	60 457	-	60 457	54 038	-	54 038
Juros de investimentos detidos até à maturidade	1 075	-	1 075	170	-	170
Juros de derivados de cobertura	207	-	207	121	-	121
Juros de investimentos financeiros detidos para negociação	-	26 893	26 893	-	31 009	31 009
Outros juros e rendimentos similares	4 384	-	4 384	5 918	-	5 918
	<u>195 460</u>	<u>26 893</u>	<u>222 353</u>	<u>185 650</u>	<u>31 009</u>	<u>216 659</u>
<b>Juros e encargos similares</b>						
Juros de depósitos	81 685	-	81 685	83 636	-	83 636
Juros de títulos emitidos	24 178	-	24 178	26 299	-	26 299
Juros de empréstimos	1 104	-	1 104	972	-	972
Juros de outros recursos	2 493	-	2 493	6 219	-	6 219
Juros de derivados de cobertura	314	-	314	327	-	327
Juros de investimentos financeiros detidos para negociação	-	26 877	26 877	-	30 093	30 093
Outros juros e encargos similares	3 824	-	3 824	17 782	-	17 782
	<u>113 598</u>	<u>26 877</u>	<u>140 475</u>	<u>135 235</u>	<u>30 093</u>	<u>165 328</u>
<b>Margem Financeira</b>	<u>81 862</u>	<u>16</u>	<u>81 878</u>	<u>50 415</u>	<u>916</u>	<u>51 331</u>

A rubrica de Juros de crédito inclui o montante de 4.963 milhares de Euros (31 de Março de 2013: 5.096 milhares de Euros) relativo a comissões e outros custos/proveitos contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 l).

A rubrica Juros e encargos similares – Juros de depósitos inclui o efeito da contabilização de juros de depósitos a prazo com taxas crescentes, que representa um ganho no montante de 2.664 milhares de Euros (31 de Março de 2013: ganho de 3.969 milhares de Euros).

## 4 Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	<u>Mar 2014</u>	<u>Mar 2013</u>
Rendimentos de activos financeiros disponíveis para venda	34	23
	<u>34</u>	<u>23</u>

A rubrica Rendimentos de activos financeiros disponíveis para venda inclui dividendos e rendimentos de unidades de participação recebidos durante o período.

## 5 Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	<u>Mar 2014</u>	<u>Mar 2013</u>
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados	24 143	23 551
Por operações realizadas por conta de terceiros	4 721	4 951
Por serviços de mediação de seguros	1 752	1 558
Por garantias prestadas	2 236	2 003
Outros rendimentos de serviços e comissões	224	600
	<u>33 076</u>	<u>32 663</u>
<b>Encargos com serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	7 443	4 679
Por operações realizadas com títulos	141	118
Outros encargos com serviços e comissões	671	1 022
	<u>8 255</u>	<u>5 819</u>
Resultados líquidos de serviços e comissões	<u>24 821</u>	<u>26 844</u>

## 6 Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Mar 2014			Mar 2013		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
<b>Activos e passivos detidos para negociação</b>						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	42	-	42	1	-	1
De outros emissores	48	27	21	12	2	10
Acções	1 062	18 178	( 17 116)	1 854	1 330	524
Unidades de participação	-	2 671	( 2 671)	35	8	27
	<u>1 152</u>	<u>20 876</u>	<u>( 19 724)</u>	<u>1 902</u>	<u>1 340</u>	<u>562</u>
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>						
Contratos sobre taxas de câmbio	-	20 115	( 20 115)	25 007	23 951	1 056
Contratos sobre taxas de juro	75 497	34 735	40 762	60 861	87 202	( 26 341)
Contratos sobre créditos (CDS)	82	65	17	152	127	25
Outros	5 858	6 902	( 1 044)	28 350	6 873	21 477
	<u>81 437</u>	<u>61 817</u>	<u>19 620</u>	<u>114 370</u>	<u>118 153</u>	<u>( 3 783)</u>
<b>Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados</b>						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores	1 089	270	819	580	-	580
	<u>1 089</u>	<u>270</u>	<u>819</u>	<u>580</u>	<u>-</u>	<u>580</u>
<b>Passivos financeiros</b>						
Recursos de instituições de crédito	59	-	59	112	154	( 42)
Recursos de clientes	-	44	( 44)	130	-	130
Outros passivos subordinados	409	438	( 29)	1 106	844	262
Outros	2 592	2 283	309	6 745	7 290	( 545)
	<u>3 060</u>	<u>2 765</u>	<u>295</u>	<u>8 093</u>	<u>8 288</u>	<u>( 195)</u>
	<u>86 738</u>	<u>85 728</u>	<u>1 010</u>	<u>124 945</u>	<u>127 781</u>	<u>( 2 836)</u>

A rubrica Passivos financeiros – Outros, inclui para os instrumentos financeiros de passivo valorizados ao justo valor através de resultados, perdas no montante de 1.875 milhares de Euros (31 de Março de 2013: 6.949 milhares de Euros) relativo às variações de justo valor associadas à alteração do risco de crédito próprio (*spread*) das operações.

De acordo com as políticas contabilísticas seguidas pelo Grupo, os instrumentos financeiros são mensurados, no momento do seu reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. Presume-se que o valor de transacção do instrumento corresponde à melhor estimativa do seu justo valor na data do seu reconhecimento inicial. Contudo, em determinadas circunstâncias, o justo valor inicial de um instrumento financeiro, determinado com base em técnicas de avaliação, pode diferir do valor de transacção, nomeadamente pela existência de uma margem de intermediação, dando origem a um *day one profit*.

O Grupo reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*), gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros derivados e cambiais, uma vez que o justo valor destes instrumentos, na data do seu reconhecimento inicial e subsequentemente, é determinado apenas com base em variáveis observáveis no mercado e reflecte o acesso do Grupo ao mercado financeiro grossista (*wholesale market*).

## 7 Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Mar 2014			Mar 2013		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	197 057	215	196 842	13 531	315	13 216
De outros emissores	468	475	( 7)	575	811	( 236)
Acções	517	-	517	132	13	119
Outros títulos de rendimento variável	11 353	-	11 353	872	2	870
	<u>209 395</u>	<u>690</u>	<u>208 705</u>	<u>15 110</u>	<u>1 141</u>	<u>13 969</u>

A 31 de Março de 2014, a rubrica Obrigações e outros títulos de rendimento fixo – De emissores públicos, inclui o valor de 196.819 milhares de Euros referente à alienação de obrigações do tesouro da dívida pública portuguesa.

## 8 Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Mar 2014			Mar 2013		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	<u>15 717</u>	<u>10 799</u>	<u>4 918</u>	<u>18 420</u>	<u>15 005</u>	<u>3 415</u>

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 t).

## 9 Resultados de alienação de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Mar 2013</b>
Alienação de outros activos	( 20)	( 422)
Alienação de imóveis	( 4 932)	( 1 742)
	<b>( 4 952)</b>	<b>( 2 164)</b>

A rubrica Alienação de imóveis, é referente aos resultados da venda de activos não correntes detidos para venda.

## 10 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Mar 2013</b>
<b>Outros proveitos de exploração</b>		
Prestação de serviços	1 587	1 622
Reembolso de despesas	1 757	2 031
Proveitos na gestão de contas de depósitos à ordem	2 256	3 914
Proveitos com a cedência de pessoal	1 839	2 005
Outros	13 549	5 767
	<b>20 988</b>	<b>15 339</b>
<b>Outros custos de exploração</b>		
Impostos	3 429	2 522
Donativos e Quotizações	253	97
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	773	799
Outros	25 344	9 729
	<b>29 799</b>	<b>13 147</b>
Outros resultados líquidos de exploração	<b>( 8 811)</b>	<b>2 192</b>

A 31 de Março de 2014, a rubrica Outros proveitos de exploração – Proveitos com a cedência de pessoal regista o valor de 1.627 milhares de Euros (31 de Março de 2013: 1.694 milhares de Euros) relativo à cedência de pessoal efectuada pela CEMG ao Montepio Geral - Associação Mutualista e outras participadas.

O resultado de Recompra de emissões próprias é apurado de acordo com o definido na política contabilística descrita na nota 1 d) e refere-se à recompra de *Euro Medium Term Notes*.

A contribuição específica sobre o sector Bancário é estimada de acordo com o disposto na Lei n.º 55-A/2010. A determinação do montante a pagar incide sobre: (i) o passivo médio anual apurado em balanço deduzido dos fundos próprios de base (*Tier 1*) e dos fundos próprios complementares (*Tier 2*) e os depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos; e (ii) o valor nocional dos instrumentos financeiros derivados. A 31 de Março de 2014, o Grupo reconheceu como custo do exercício o valor de 1.895 milhares de Euros (31 de Março de 2013: 1.050 milhares de Euros), incluído na rubrica de Outros custos de exploração – Impostos.

## 11 Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Mar 2013</b>
Remunerações	32 897	35 947
Encargos sociais obrigatórios	8 869	9 628
Encargos com fundo de pensões	2 853	1 128
Outros custos	1 381	1 165
	<b>46 000</b>	<b>47 868</b>

## 12 Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Mar 2013</b>
Rendas e alugueres	7 448	7 452
Serviços especializados		
Informática	2 601	2 180
Trabalho independente	1 325	1 118
Outros serviços especializados	3 935	3 091
Publicidade e publicações	1 493	1 072
Comunicações e expedição	2 100	2 085
Água, energia e combustíveis	1 005	1 257
Conservação e reparação	1 187	1 009
Transportes	706	883
Seguros	799	618
Deslocações, estadias e despesas de representação	541	424
Material de consumo corrente	481	536
Formação	40	26
Outros gastos administrativos	2 847	1 400
	<b>26 508</b>	<b>23 151</b>

A rubrica Rendas e alugueres inclui o montante de 6.366 milhares de Euros (31 de Março de 2013: 6.240 milhares de Euros) correspondente a rendas pagas sobre imóveis utilizados pelo Grupo na condição de locatário.

## 13 Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Mar 2013</b>
<b>Activos intangíveis</b>		
<i>Software</i>	4 776	2 948
	<u>4 776</u>	<u>2 948</u>
<b>Outros activos tangíveis</b>		
Imóveis	960	1 202
Equipamento		
Mobiliário e material	211	251
Máquinas e ferramentas	6	26
Equipamento Informático	1 401	2 199
Instalações interiores	411	84
Equipamento de transporte	79	22
Equipamento de segurança	260	185
Activos em Locação operacional	1 051	410
Outros activos tangíveis	36	165
	<u>4 415</u>	<u>4 544</u>
	<u>9 191</u>	<u>7 492</u>

## 14 Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Mar 2013</b>
<b>Aplicações em instituições de crédito</b>		
Dotação do exercício	58	-
Reversão do exercício	( 327)	-
	<u>( 269)</u>	<u>-</u>
<b>Crédito a clientes</b>		
Dotação do exercício líquida de reversões	153 704	19 814
Recuperação de crédito e de juros	( 3 967)	( 1 628)
	<u>149 737</u>	<u>18 186</u>
	<u>149 468</u>	<u>18 186</u>

A rubrica Crédito a clientes regista igualmente a estimativa de perdas incorridas determinadas de acordo com a avaliação da evidência objectiva de imparidade, conforme referida na política contabilística descrita na nota 1 c).

## 15 Imparidade de outros activos financeiros

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Mar 2013</b>
<b>Imparidade para activos financeiros disponíveis para venda</b>		
Dotação do exercício	23 558	9 050
Reversão do exercício	( 5 369)	( 4 802)
	18 189	4 248

## 16 Imparidade de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Mar 2013</b>
<b>Imparidade para activos não correntes detidos para venda</b>		
Dotação do exercício	1 856	9 155
Reversão do exercício	( 1 060)	( 587)
	796	8 568
<b>Imparidade para outros activos</b>		
Dotação do exercício	2 305	60
Reversão do exercício	( 1 439)	( 456)
	866	( 396)
	1 662	8 172

## 17 Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Mar 2013</b>
<b>Provisões para outros riscos e encargos</b>		
Dotação do exercício	39	575
Reversão do exercício	( 340)	( 33)
	( 301)	542

## 18 Resultados por equivalência patrimonial

Os contributos na rubrica de rendimento de participações financeiras consolidadas pelo método de apropriação por equivalência patrimonial são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Mar 2013</b>
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	-	523
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.	361	-
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	-	( 1 827)
Nutre S.G.P.S., S.A.	( 7 752)	-
Iberpartners Cafés, S.G.P.S., S.A.	-	23
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	( 146)	( 108)
	<b>( 7 537)</b>	<b>( 1 389)</b>

## 19 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Dez 2013</b>
Caixa	144 208	180 217
Depósitos em bancos centrais		
Banco de Portugal	229 037	87 459
Outros bancos centrais	53 819	46 583
	<b>427 064</b>	<b>314 259</b>

A rubrica Depósitos em bancos centrais inclui o saldo junto dos bancos centrais dos países em que o Grupo opera, com vista a satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas. O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona do Euro obriga à manutenção de um saldo em depósito junto do Banco Central, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas. Esta taxa é diferente para países fora da Zona Euro.

Em 31 de Março de 2014, a taxa de remuneração média destes depósitos no Banco de Portugal ascendia a 0,25% (31 de Dezembro de 2013: 0,25%). Os depósitos em Outros bancos centrais não são remunerados.

## 20 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Dez 2013</b>
Em instituições de crédito no país	171 487	183 356
Em instituições de crédito no estrangeiro	22 722	15 302
Valores a cobrar	35 306	35 127
	<u>229 515</u>	<u>233 785</u>

A rubrica Valores a cobrar diz respeito a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

## 21 Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Dez 2013</b>
Aplicações sobre instituições de crédito no país		
Depósitos	1 135	1 135
Empréstimos	-	14 865
Outras aplicações	7 629	4 002
	<u>8 764</u>	<u>20 002</u>
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	9 990	9 990
Aplicações de muito curto prazo	263 309	186 615
Outras aplicações	101 977	114 266
	<u>375 276</u>	<u>310 871</u>
	384 040	330 873
Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito	( 541)	( 810)
	<u>383 499</u>	<u>330 063</u>

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de Março de 2014, vencem juros à taxa média anual de 0,26% (31 de Dezembro de 2013: 0,35%).

As aplicações em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde o Grupo opera.

Os movimentos ocorridos no exercício como perdas por imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito são apresentados como segue:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Dez 2013</b>
Saldo inicial	810	25
Dotação do exercício	58	1 625
Reversão do exercício	( 327)	( 840)
Saldo final	<u>541</u>	<u>810</u>

## 22 Crédito a clientes

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Dez 2013</b>
<b>Crédito interno</b>		
A empresas		
Empréstimo	2 299 354	2 419 920
Créditos em conta corrente	1 288 966	1 296 183
Créditos titulados	646 066	596 275
Locação financeira	383 194	374 122
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	107 635	112 777
<i>Factoring</i>	74 839	76 554
Descobertos em depósitos à ordem	65 431	55 754
Outros créditos	1 178 432	1 055 583
A particulares		
Habitação	8 201 724	8 281 270
Locação financeira	79 409	64 624
Consumo e outros créditos	1 085 717	1 104 246
	<u>15 410 767</u>	<u>15 437 308</u>
<b>Crédito ao exterior</b>		
A empresas	178 536	109 887
A particulares	55 308	55 306
	<u>15 644 611</u>	<u>15 602 501</u>
Correcção de valor de activos que sejam objecto de operações de cobertura		
Outros créditos	4 938	5 135
	<u>4 938</u>	<u>5 135</u>
<b>Crédito e juros vencidos</b>		
Menos de 90 dias	116 779	121 666
Mais de 90 dias	946 805	877 365
	<u>1 063 584</u>	<u>999 031</u>
	<u>16 713 133</u>	<u>16 606 667</u>
Imparidade para riscos de crédito	(1 202 009)	(1 051 526)
	<u>(1 202 009)</u>	<u>(1 051 526)</u>
	<u>15 511 124</u>	<u>15 555 141</u>

Em 31 de Março de 2014, a rubrica Crédito a clientes inclui créditos afectos à emissão de obrigações hipotecárias, realizadas pelo Grupo de 2.725.513 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2013: 2.718.554 milhares de Euros), de acordo com a nota 38.

Em 31 de Dezembro de 2013, o Grupo reclassificou o papel comercial da carteira de activos financeiros disponíveis para venda para a rubrica Crédito a clientes, no montante de 755.786 milhares de euros e imparidade no montante de 21.029 milhares de Euros, conforme nota 25.

O Grupo realizou as seguintes operações, ao abrigo do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias da CEMG:

- Maio 2013: Emissão de 500.000 milhares de Euros, prazo: 4 anos, uma taxa de juro de Euribor 3M + 0,75%;
- Julho 2012: Reembolso de 655.000 milhares de Euros;
- Junho 2012: Cancelamento de 53.300 milhares de Euros, com um resultado de 1.857 milhares de Euros, conforme a nota 10;
- Novembro 2011: Emissão de 300.000 milhares de Euros, prazo: 5 anos, uma taxa de juro de Euribor 3M + 0,75%;
- Outubro 2011: Cancelamento de 291.700 milhares de Euros, com um resultado de 17.750 milhares de Euros, conforme a nota 10;
- Setembro 2011: Emissão de 550.000 milhares de Euros, prazo: 5 anos, uma taxa de juro de Euribor 3M + 0,75%;
- Novembro 2010: Emissão de 500.000 milhares de Euros, prazo: 5 anos, uma taxa de juro de Euribor 3M + 2,5%;
- Dezembro 2009: Emissão de 150.000 milhares de Euros, prazo: 7 anos, a uma taxa de juro de Euribor 3M + 0,75%; e
- Julho 2009: Emissão de 1.000.000 milhares de Euros, prazo: 3 anos, a uma taxa de juro de 3,25%.

A rubrica Crédito a clientes inclui o efeito de operações de securitização tradicionais, detidas por *SPEs* sujeitas a consolidação no âmbito da IFRS 10, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b) e de securitização sintéticas.

As operações de securitização realizadas pelo Grupo respeitam a créditos hipotecários, créditos ao consumo, *leasings* e empréstimos a empresas concretizadas através de entidades de finalidade especial (*SPEs*). Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b), quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, estas *SPEs* são consolidadas pelo método integral. Na rubrica Correção de valores de activos que sejam objecto de operações de cobertura está registado o justo valor da parte da carteira coberta. Esta valorização é registada por contrapartida de resultados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 e). O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

A rubrica Crédito a clientes corresponde na sua maioria os contratos de crédito a taxa variável.

O crédito em locação, em 31 de Março de 2014, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

(milhares de Euros)

	<b>Crédito em locação</b>			
	<b>Até 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>A mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Rendas vincendas	75 755	269 758	166 281	511 794
Juros Vincendos	(16 142)	(66 270)	(33 627)	(116 039)
Valores residuais	10 798	18 061	37 989	66 848
	<u>70 411</u>	<u>221 549</u>	<u>170 643</u>	<u>462 603</u>

O crédito em locação, em 31 de Dezembro de 2013, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

(milhares de Euros)

	<b>Crédito em locação</b>			
	<b>Até 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>A mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Rendas vincendas	68 781	220 697	204 382	493 860
Juros Vincendos	(15 194)	(56 184)	(52 399)	(123 777)
Valores residuais	7 825	19 688	41 150	68 663
	<u>61 412</u>	<u>184 201</u>	<u>193 133</u>	<u>438 746</u>

A análise da rubrica Crédito e juros vencidos por tipo de crédito é a seguinte:

(milhares de Euros)

	<b>Mar 2014</b>	<b>Dez 2013</b>
Crédito com garantias reais	507 553	500 663
Crédito com outras garantias	277 538	255 474
Crédito sem garantias	223 609	191 801
Crédito ao sector público	695	90
Crédito sobre o estrangeiro	7 081	6 086
Crédito em locação	47 108	44 917
	<u>1 063 584</u>	<u>999 031</u>

A análise da rubrica Crédito e juros vencidos por tipo de cliente é a seguinte:

	(milhares de Euros)	
	<u>Mar 2014</u>	<u>Dez 2013</u>
Empresas		
Construção/Produção	232 956	224 435
Investimento	225 995	199 332
Tesouraria	336 538	306 764
Outras finalidades	9 109	7 198
Particulares		
Habitação	107 527	111 223
Crédito ao consumo	57 426	56 420
Outras finalidades	53 620	54 001
Sector Público Administrativo	-	90
Outros Segmentos	40 413	39 568
	<u>1 063 584</u>	<u>999 031</u>

Os movimentos por imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	<u>Mar 2014</u>	<u>Dez 2013</u>
Saldo inicial	1 051 526	922 284
Dotação do exercício líquida de reversões	149 737	307 064
Utilização de imparidade	( 9 248)	( 315 552)
Transferências	9 994	137 730
Saldo final	<u>1 202 009</u>	<u>1 051 526</u>

Em conformidade com a política do Grupo, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

Se o valor de uma perda de imparidade decresce num período subsequente à sua contabilização e essa diminuição pode ser relacionada objectivamente com um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento dessa perda, a imparidade em excesso é anulada por contrapartida de resultados.

Em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 c), a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas fiáveis de recuperação dos créditos e para os créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

A anulação de crédito por utilização da respectiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

(milhares de Euros)

	<b>Mar 2014</b>	<b>Dez 2013</b>
Crédito com garantias reais	2 562	32 460
Crédito com outras garantias	1 448	125 739
Crédito sem garantias	5 238	157 353
	<u>9 248</u>	<u>315 552</u>

A análise da recuperação de créditos e juros, efectuada no decorrer do período entre 1 de Janeiro e 31 de Março de 2014 e 2013 ascendeu ao montante de 3.967 milhares de Euros e 1.628 milhares de Euros, respectivamente, relacionada com a recuperação de crédito com garantias reais, conforme mencionado na nota 14.

O Grupo utiliza colaterais físicos e colaterais financeiros como instrumentos de mitigação do risco de crédito. Os colaterais físicos correspondem maioritariamente a hipotecas sobre imóveis residenciais no âmbito de operações de crédito à habitação e hipotecas sobre outros tipos de imóveis no âmbito de outros tipos de operações de crédito. De forma a reflectir o valor de mercado dos mesmos, estes colaterais são revistos regularmente com base em avaliações efectuadas por entidades avaliadoras certificadas e independentes ou através da utilização de coeficientes de reavaliação que reflectem a tendência de evolução do mercado para o tipo de imóvel e a área geográfica respectiva. Os colaterais financeiros são reavaliados com base nos valores de mercado dos respectivos activos, quando disponíveis, sendo aplicados determinados coeficientes de desvalorização de forma a reflectir a sua volatilidade.

## 23 Activos e passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica Activos e passivos financeiros detidos para negociação é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Dez 2013</b>
<b>Activos financeiros detidos para negociação</b>		
Títulos		
Acções	11 204	7 809
Obrigações	608	584
	<u>11 812</u>	<u>8 393</u>
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	44 907	48 142
Créditos e outros valores a receber	6 808	7 571
	<u>51 715</u>	<u>55 713</u>
	<u>63 527</u>	<u>64 106</u>
<b>Passivos financeiros detidos para negociação</b>		
Títulos		
Vendas a descoberto	1 731	1 389
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	64 014	60 835
	<u>65 745</u>	<u>62 224</u>
	<u>65 745</u>	<u>62 224</u>

A rubrica Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo inclui o valor de 11.781 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2013: 33.278 milhares de Euros) relativos a instrumentos associados a activos ou passivos avaliados ao justo valor através de resultados, com excepção do crédito a clientes no valor de 56 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2013: 196 milhares de Euros).

A rubrica Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo inclui o valor de 9.041 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2013: 23.299 milhares de Euros) relativos a instrumentos associados a activos ou passivos avaliados ao justo valor através de resultados, com excepção do crédito a clientes no valor de 2.062 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2013: 2.161 milhares de Euros).

A carteira de negociação é valorizada ao justo valor, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 d). Conforme a referida política contabilística, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

O valor de balanço dos activos e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de Março de 2014, pode ser analisado como segue:

Mar 2014								
Produto derivado	Activo / Passivo financeiro associado	Derivado			Activo / Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Swap de taxa de juro	Emissão de obrigações	549 506	1 349	( 4 314)	7 857	( 7 250)	292 866	299 708
Swap de taxa de juro	Depósitos	136 800	( 1 475)	( 314)	( 3 341)	2 022	63 275	339 168
Swap de taxa de juro	Recursos	197 718	8 526	( 1 424)	8	( 420)	69 821	60 000
Swap de taxa de juro	Obrigações hipotecárias	10 913 635	( 4 497)	( 24)	-	-	-	-
Swap de taxa de juro	Crédito a clientes	50 000	( 2 041)	( 76)	1 863	75	25 346	25 000
Swap de taxa de juro	Outros	7 930 876	( 25 918)	( 5 055)	-	-	-	-
Swap Cambial	-	345 381	4 360	4 750	-	-	-	-
Futuros	-	25 272	13	16	-	-	-	-
Opções	-	441 828	498	30	-	-	-	-
Credit Default Swaps	-	22 000	78	( 3)	-	-	-	-
		<u>20 613 016</u>	<u>( 19 107)</u>	<u>( 6 414)</u>	<u>6 387</u>	<u>( 5 573)</u>	<u>451 308</u>	<u>723 876</u>

O valor de balanço dos activos e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2013, pode ser analisado como segue:

Dez 2013								
Produto derivado	Activo / Passivo financeiro associado	Derivado			Activo / Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Swap de taxa de juro	Emissão de obrigações	594 006	5 663	( 6 392)	15 107	( 27 808)	356 164	349 095
Swap de taxa de juro	Depósitos	89 000	( 1 161)	( 27 216)	( 5 363)	10 168	484	362 313
Swap de taxa de juro	Recursos	185 118	9 950	( 7 376)	428	( 8 685)	61 023	60 000
Swap de taxa de juro	Obrigações hipotecárias	10 901 844	( 4 473)	1 046	-	-	-	-
Swap de taxa de juro	Crédito a clientes	50 000	( 1 965)	747	1 788	( 687)	24 646	25 000
Swap de taxa de juro	Outros	8 574 941	( 20 863)	4 188	-	-	-	-
Swap Cambial	-	394 772	( 390)	( 605)	-	7	-	-
Futuros	-	39 790	( 3)	( 13)	-	-	-	-
Opções	-	395 909	468	( 317)	-	-	-	-
Credit Default Swaps	-	25 000	81	255	-	-	-	-
		<u>21 250 380</u>	<u>( 12 693)</u>	<u>( 35 683)</u>	<u>11 960</u>	<u>( 27 005)</u>	<u>442 317</u>	<u>796 408</u>

## 24 Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Dez 2013</b>
Obrigações de outros emissores		
Estrangeiros	902	3 450

A opção do Grupo em designar estes activos ao justo valor através de resultados, à luz da IAS 39, conforme política contabilística 1 d), está de acordo com a estratégia documentada de gestão do Grupo, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

## 25 Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é apresentada como segue:

	Mar 2014				
	Reserva de justo valor			Perdas	Valor de
	Custo <sup>(1)</sup>	Positiva	Negativa	por imparidade	balanço
<b>Títulos de rendimento fixo</b>					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	1 978 431	95 994	( 3 804)	-	2 070 621
Estrangeiros	50 858	4 738	( 1 318)	( 8 415)	45 863
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	622 630	6 911	( 23 285)	-	606 256
Estrangeiros	546 288	25 698	( 5 347)	( 4 446)	562 193
Papel comercial	5 797	-	-	( 998)	4 799
<b>Títulos de rendimento variável</b>					
Acções					
Nacionais	17 659	336	( 16)	( 6 463)	11 516
Estrangeiros	13 076	2 388	( 59)	( 3 251)	12 154
Unidades de participação	346 095	5 712	( 8 520)	( 6 898)	336 389
	3 580 834	141 777	( 42 349)	( 30 471)	3 649 791

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

	<b>Dez 2013</b>				
	<b>Custo <sup>(1)</sup></b>	<b>Reserva de justo valor</b>		<b>Perdas por imparidade</b>	<b>Valor de balanço</b>
		<b>Positiva</b>	<b>Negativa</b>		
<b>Títulos de rendimento fixo</b>					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	3 019 779	50 566	( 17 162)	-	3 053 183
Estrangeiros	31 209	1 544	( 1 250)	( 8 415)	23 088
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	604 692	3 527	( 23 923)	-	584 296
Estrangeiros	313 878	3 610	( 4 987)	( 1 859)	310 642
Papel comercial	31 771	-	-	( 998)	30 773
<b>Títulos de rendimento variável</b>					
Acções					
Nacionais	19 909	286	( 43)	( 6 463)	13 689
Estrangeiros	13 557	2 012	( 65)	( 3 251)	12 253
Unidades de participação	538 935	5 545	( 8 308)	( 18 280)	517 892
	<u>4 573 730</u>	<u>67 090</u>	<u>( 55 738)</u>	<u>( 39 266)</u>	<u>4 545 816</u>

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

Conforme descrito na nota 1 d) a carteira de activos disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo as variações de justo valor registadas por contrapartida de capitais próprios, conforme nota 47. O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na política contabilística descrita na nota 1 z).

A IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, permite a reclassificação de instrumentos financeiros não cotados da carteira de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de empréstimos e recebimentos. Esta reclassificação é apenas permitida se os instrumentos financeiros não cotados corresponderem a essa definição e se existir a intenção e a capacidade de deter os instrumentos de dívida por um tempo futuro previsível ou até à maturidade.

De acordo com a referida norma, os instrumentos financeiros não cotados (papel comercial), cumprem com a definição de empréstimos e recebimentos, ou seja, são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis que não está cotado num mercado activo. Por outro lado, o Grupo tem a intenção e capacidade de os deter até à sua maturidade.

À data de reclassificação são observados os seguintes pontos:

- A reclassificação de papel comercial da carteira de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de empréstimos e recebimentos (Crédito a clientes) é efectuada ao justo valor do instrumento de dívida à data da reclassificação;
- Não existe qualquer ganho ou perda não realizado reconhecido na reserva de justo valor à data de reclassificação;
- O justo valor do papel comercial na data de reclassificação tornar-se-á no novo valor de custo;
- À data de reclassificação é determinada uma nova taxa de juro efectiva que servirá de base de cálculo e reconhecimento do juro e do custo amortizado a partir desse momento;

- A nova taxa de juro efectiva será a taxa que desconta os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida útil esperada remanescente do instrumento do justo valor à data de reclassificação;
- Uma alteração subsequente no justo valor do instrumento de dívida em relação ao seu novo custo amortizado não é reconhecida;
- É efectuada uma avaliação de imparidade subsequente tendo em consideração o novo custo amortizado, a nova taxa de juro efectiva e os fluxos de caixa futuros esperados; e
- Qualquer perda de imparidade, medida como a diferença entre o novo custo amortizado e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas), descontada à nova taxa de juro efectiva determinada à data de reclassificação, é reconhecida em resultados.

Neste contexto, em Dezembro de 2013, o Grupo reclassificou o papel comercial da carteira de activos financeiros disponíveis para venda para a rubrica Crédito a clientes, no montante de 755.786 milhares de euros e imparidade no montante de 21.029 milhares de Euros, conforme nota 22.

A rubrica Títulos de rendimentos variável – Unidades de participação inclui o montante de 81.498 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2013: 81.498 milhares de Euros) referentes a unidades de participação em Fundos Especializados de Crédito adquiridas no âmbito da cedência de créditos a clientes. Este montante inclui 6.153 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2013: 6.153 milhares de Euros) referente a títulos júnior (unidades de participação com carácter mais subordinado), os quais se encontram totalmente provisionados.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Dez 2013</b>
Saldo inicial	39 266	38 948
Dotação do exercício	23 558	68 881
Reversão do exercício	( 5 369)	( 34 859)
Utilização de imparidade	( 26 984)	( 33 704)
Saldo final	30 471	39 266

Conforme descrito na política contabilística descrita na nota 1 d), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida do total da reserva de justo valor e de imparidade. O total de reserva de justo valor para a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é positivo e ascende a 99.428 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2013: positivo milhares de Euros 11.352) e a imparidade ascende a 30.471 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2013: 39.266 milhares de Euros).

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

(milhares de Euros)

	Mar 2014			Dez 2013		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
<b>Títulos de rendimento fixo</b>						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	2 070 621	-	2 070 621	3 053 183	-	3 053 183
Estrangeiros	45 863	-	45 863	23 088	-	23 088
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	575 511	30 745	606 256	554 196	30 100	584 296
Estrangeiros	497 545	64 648	562 193	310 642	-	310 642
Papel comercial	-	4 799	4 799	-	30 773	30 773
<b>Títulos de rendimento variável</b>						
Acções						
Nacionais	1 571	9 945	11 516	9 095	4 594	13 689
Estrangeiros	11 811	343	12 154	11 910	343	12 253
Unidades de participação	336 389	-	336 389	516 620	1 272	517 892
	<u>3 539 311</u>	<u>110 480</u>	<u>3 649 791</u>	<u>4 478 734</u>	<u>67 082</u>	<u>4 545 816</u>

## 26 Derivados de cobertura

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Mar 2014	Dez 2013
<b>Activo</b>		
<i>Swaps</i> de taxas de juro	<u>596</u>	<u>503</u>
<b>Passivo</b>		
<i>Swaps</i> de taxas de juro	<u>1 975</u>	<u>1 849</u>

O Grupo contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se o Grupo está exposto às variações de justo valor, ou a variações de fluxos de caixa, ou se encontra perante coberturas de transacções futuras.

O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

O ajustamento sobre os riscos financeiros cobertos efectuado às rubricas do activo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

	(milhares de Euros)	
	<u>Mar 2014</u>	<u>Dez 2013</u>
Recursos de outras instituições de crédito	( 150)	( 209)
Activos financeiros disponíveis para venda	1 416	1 478
	<u>1 266</u>	<u>1 269</u>

## 27 Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	<u>Mar 2014</u>	<u>Dez 2013</u>
<b>Títulos de rendimento fixo</b>		
Obrigações de emissores públicos nacionais	6 215	6 149
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	76 792	28 482
	<u>83 007</u>	<u>34 631</u>

O Grupo avaliou com referência a 31 de Março de 2014, a existência de evidência objectiva da imparidade na sua carteira de investimentos detidos até à maturidade, não tendo verificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Os títulos detidos até à maturidade podem ser analisados, à data de 31 de Março de 2014, como segue:

	(milhares de Euros)			
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de Balanço
OT - Outubro 05/15-10-2015	Julho, 2005	Outubro, 2015	Taxa fixa de 3,35%	6 215
Netherlands Government 05/2015	Junho, 2005	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,25%	5 085
Republic of Austria 04/15-07-2015	Maió, 2004	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,50%	2 043
Belgium Kingdom 05/28-09-2015	Março, 2005	Setembro, 2015	Taxa fixa de 3,75%	2 022
Buoni Poliennali del Tes. 05/2015	Maió, 2005	Agosto, 2015	Taxa fixa de 3,75%	1 994
OT Angola 12/18-07-2014	Julho, 2012	Julho, 2014	Taxa fixa de 6,98%	1 144
OT Angola 12/18-07-2014	Julho, 2012	Julho, 2014	Taxa fixa de 6,98%	1 146
OT Angola 12/25-07-2014	Julho, 2012	Julho, 2014	Taxa fixa de 6,98%	3 714
OT Angola 12/25-07-2014	Julho, 2012	Julho, 2014	Taxa fixa de 6,99%	3 710
OT Angola 13/04-12-2015	Dezembro, 2013	Dezembro, 2015	Taxa fixa de 7,00%	3 809
OT Angola 13/04-12-2016	Dezembro, 2013	Dezembro, 2016	Taxa fixa de 7,25%	3 812
OT Angola 13/15-11-2015	Novembro, 2013	Novembro, 2015	Taxa fixa de 5,00%	24 682
OT Angola 13/15-11-2016	Novembro, 2013	Novembro, 2016	Taxa fixa de 5,00%	19 005
OT Angola 13/15-11-2017	Novembro, 2013	Novembro, 2017	Taxa fixa de 5,00%	4 575
OT Cabo Verde 13/28-04-2016	Abril, 2013	Abril, 2016	Taxa fixa de 5,50%	51
				<u>83 007</u>

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados de acordo com o descrito na política contabilística descrita na nota 1 d).

Durante os períodos de 3 meses findos em 31 de Março de 2014 e de 2013, o Grupo não procedeu a transferências para ou desta categoria de activos.

## 28 Investimentos em associadas e outras

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Dez 2013</b>
<b>Participações financeiras em associadas e outras</b>		
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.	25 935	22 031
Nutre S.G.P.S., S.A.	8 973	15 936
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	3 281	3 412
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	1 020	1 020
Pinto & Bulhosa, S.A.	191	191
Naviser – Transportes Marítimos Internacionais, S.A.	150	150
	<b>39 550</b>	<b>42 740</b>
<b>Não cotados</b>		
Imparidade para participações financeiras em associadas e outras	( 341)	( 341)
	<b>39 209</b>	<b>42 399</b>

Os dados relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

	(milhares de Euros)					
	<u>Activo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Capital Próprio</u>	<u>Proveitos</u>	<u>Resultado líquido</u>	<u>Custo da participação</u>
<b>31 de Março de 2014</b>						
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.	n.d.	n.d.	88 069	n.d.	1 074	65 100
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	42 756	26 352	16 404	882	( 729)	3 200
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	1 000
Nutre S.G.P.S., S.A.	129 293	131 170	( 1 877)	29 264	( 38 878)	22 018
<b>31 de Dezembro de 2013</b>						
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.	998 162	924 847	73 315	248 293	( 23 864)	65 100
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	43 416	26 357	17 059	8 200	( 1)	3 200
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	5 117	1 644	3 473	151	79	1 000
Nutre S.G.P.S., S.A.	173 314	140 377	32 937	8 868	( 9 654)	22 018

	(milhares de Euros)					
	<u>Percentagem detida</u>		<u>Valor de balanço</u>		<u>Resultados de associadas</u>	
	<u>Mar 2014</u>	<u>Dez 2013</u>	<u>Mar 2014</u>	<u>Dez 2013</u>	<u>Mar 2014</u>	<u>Dez 2013</u>
	%	%				
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.	33,65%	33,65%	22 031	22 031	361	( 7 926)
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	20%	20%	3 412	3 412	( 146)	-
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	29,41%	29,41%	1 020	1 020	-	23
Nutre S.G.P.S., S.A.	20%	20%	8 973	15 936	( 7 752)	( 1 931)
Pinto & Bulhosa, S.A.	16%	16%	-	-	-	-
Naviser - Transportes Marítimos Internacionais, S.A.	20%	20%	-	-	-	-

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

	(milhares de Euros)	
	<u>Mar 2014</u>	<u>Dez 2013</u>
Saldo inicial	42 740	61 177
Aquisições	-	65 100
Resultado de associadas	( 7 537)	( 12 682)
Reserva de justo valor de associadas	4 347	( 31 774)
Dividendos recebidos	-	( 944)
Alienações	-	( 38 137)
Saldo final	<u>39 550</u>	<u>42 740</u>

No final do exercício de 2013, no âmbito da reestruturação do Grupo Montepio Geral procedeu-se a uma reorganização das suas participações financeiras associadas aos sectores dos seguros e fundos de pensões. Nesse âmbito, em 27 de Dezembro de 2013, foi constituída a Montepio Seguros, SGPS, S.A. com o objectivo de gerir participações sociais dos sectores acima referidos.

A CEMG alienou as participações que detinha directamente na Lusitania Vida – Companhia de Seguros, S.A. e na Lusitania – Companhia de Seguros, S.A. ao Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A., tendo simultaneamente sido reembolsado de prestações suplementares no montante de 18.750 milhares de Euros. Adicionalmente, adquiriu 33,65% do capital do Montepio Seguros S.G.P.S., S.A., por 46.350 milhares de Euros, tendo efectuado prestações suplementares na Montepio Seguros S.G.P.S., S.A. no valor de 18.750 milhares de Euros.

Após esta operação, o capital do Montepio Seguros, que se encontra integralmente realizado, passou a ser de 137.750 milhares de Euros, sendo detido em 52,63%, pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, em 33,65% pela CEMG, em 8,35% pela Lusitania, em 3,37% pela Futuro e em 2,11% pela Lusitania Vida.

## 29 Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	<u>Mar 2014</u>	<u>Dez 2013</u>
Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	770 403	773 540
Imparidade para activos não correntes detidos para venda	( 92 830)	( 92 152)
	<u>677 573</u>	<u>681 388</u>

Os activos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 j).

A rubrica Imóveis e outros activos resultantes de resolução de contratos de crédito sobre clientes resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respectiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome do Grupo; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora.

De acordo com a expectativa do Grupo, pretende-se que os referidos activos estejam disponíveis para venda num prazo inferior a 1 ano, existindo uma estratégia para a sua alienação.

Os movimentos dos activos não correntes detidos para venda no período de 3 meses findo em 31 de Março de 2014 e durante o exercício de 2013, são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Dez 2013</b>
Saldo inicial	773 540	521 849
Aquisições	55 475	458 304
Alienações	( 58 539)	( 207 351)
Outros movimentos	( 73)	738
Saldo final	<b>770 403</b>	<b>773 540</b>

Os movimentos da imparidade para activos não correntes detidos para venda são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Dez 2013</b>
Saldo inicial	92 152	30 054
Dotação do exercício	1 856	71 885
Reversão do exercício	( 1 060)	( 9 787)
Utilização	( 118)	-
Saldo final	<b>92 830</b>	<b>92 152</b>

## 30 Propriedades de investimento

A rubrica Propriedades de Investimento inclui os imóveis detidos pelo Finipredial – Fundo de Investimento Aberto, Montepio Arrendamento – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional, Montepio Arrendamento II – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional, Montepio Arrendamento III – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional, Polaris – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado e Carteira Imobiliária – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto, que são consolidados integralmente, conforme política contabilística descrita na nota 1 b).

Os imóveis encontram-se valorizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 p).

## 31 Outros activos tangíveis

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	<u>Mar 2014</u>	<u>Dez 2013</u>
<b>Custos</b>		
Imóveis		
De serviço próprio	34 661	34 577
Obras em imóveis arrendados	52 754	52 695
Imobilizado em curso	20 847	21 968
Equipamento		
Mobiliário e material	21 902	21 796
Máquinas e ferramentas	3 359	3 354
Equipamento informático	84 411	84 367
Instalações interiores	21 395	21 359
Equipamento de transporte	4 935	4 803
Equipamento de segurança	7 683	7 678
Outro equipamento	5	5
Património artístico	2 869	2 869
Activos em locação operacional	27 829	25 653
Activos em locação financeira	38	38
Outras imobilizações corpóreas	2 440	2 439
Imobilizações em curso	3 930	2 038
	<u>289 058</u>	<u>285 639</u>
<b>Amortizações acumuladas</b>		
Relativas ao exercício corrente	( 4 415)	( 19 737)
Relativas a exercícios anteriores	( 164 613)	( 145 410)
	<u>( 169 028)</u>	<u>( 165 147)</u>
	<u>120 030</u>	<u>120 492</u>

## 32 Activos intangíveis

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Dez 2013</b>
<b>Custo</b>		
<i>Software</i>	59 338	59 307
Diferenças de consolidação e de reavaliação ( <i>goodwill</i> )	53 024	53 024
Outros activos intangíveis	4 279	5 609
Activos intangíveis em curso	3 894	216
	120 535	118 156
<b>Amortizações acumuladas</b>		
Relativas ao exercício corrente	(4 776)	(13 615)
Relativas a exercícios anteriores	(31 032)	(18 750)
	( 35 808)	( 32 365)
Imparidade para activos intangíveis	( 26 512)	( 26 512)
	58 215	59 279

A rubrica Diferenças de consolidação e de reavaliação (*goodwill*), corresponde ao justo valor dos activos e passivos do Grupo Finibanco adquiridos pelo Grupo em 31 de Março de 2011 ao Montepio Geral – Associação Mutualista, conforme descrito na nota 1 a).

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b), o valor recuperável das diferenças de consolidação é avaliado anualmente no segundo semestre de cada exercício, independentemente da existência de sinais de imparidade ou, conforme disposto no parágrafo 9 da IAS 36, sempre que existam sinais de que o activo em apreço está com imparidade.

Este activo intangível não possui vida útil finita, pelo que, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b) e 1 z), o seu valor recuperável é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

De acordo com a IAS 36, o valor recuperável do *goodwill* deve ser o maior entre o seu valor de uso (isto é, o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se esperam do seu uso) e o seu justo valor deduzido dos custos de venda. Tendo por base estes critérios, o Grupo efectua anualmente avaliações em relação às participações financeiras para as quais existe *goodwill* registado no activo que consideraram entre outros factores:

- (i) uma estimativa dos fluxos de caixa futuros gerados;
- (ii) uma expectativa sobre potenciais variações nos montantes e prazo desses fluxos de caixa;
- (iii) o valor temporal do dinheiro;
- (iv) um prémio de risco associado à incerteza pela detenção do activo; e
- (v) outros factores associados à situação actual dos mercados financeiros.

As avaliações têm por base pressupostos devidamente suportados que representam a melhor estimativa do Conselho de Administração Executivo sobre as condições económicas que afectarão cada subsidiária, os orçamentos e as projecções mais recentes aprovadas para aquelas subsidiárias e a sua extrapolação para períodos futuros.

Os pressupostos assumidos para as referidas avaliações podem alterar-se com a modificação das condições económicas e de mercado.

## 33 Impostos

A partir de 1 de Janeiro de 2012, a CEMG passou a estar sujeita ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC, sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 v), são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Março de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 podem ser analisados como se segue:

(milhares de Euros)

	Activo		Passivo		Líquido	
	Mar 2014	Dez 2013	Mar 2014	Dez 2013	Mar 2014	Dez 2013
Instrumentos financeiros	14 203	17 784	( 47 508)	( 25 872)	( 33 305)	( 8 088)
Outros activos tangíveis	21	( 24)	( 351)	( 421)	( 330)	( 445)
Provisões	225 844	195 784	-	-	225 844	195 784
Benefícios dos empregados	39 269	40 063	-	-	39 269	40 063
Outros	1 072	1 151	( 63)	( 3 926)	1 009	( 2 775)
Prejuízos fiscais reportáveis	87 026	111 725	-	-	87 026	111 725
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	<u>367 435</u>	<u>366 483</u>	<u>( 47 922)</u>	<u>( 30 219)</u>	<u>319 513</u>	<u>336 264</u>

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os activos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, possam ser compensados activos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

Através da Lei n.º 2/2014, de 16 de Janeiro, foram introduzidas várias alterações ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) com impacto ao nível dos impostos diferidos apurados em 31 de Dezembro de 2013, de entre as quais se destacam:

- a redução da taxa de IRC de 25% para 23% e a criação de uma taxa de derrama estadual de 3% a 7% aplicável de acordo com o lucro tributável;
- a alteração do prazo de reporte dos prejuízos fiscais (apurados nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014) de 5 para 12 anos; e

- a não tributação das mais-valias fiscais e a não dedução das menos-valias fiscais apuradas na venda de partes de capital, desde que verificado um conjunto de requisitos, e a dedução integral das menos-valias fiscais apuradas em partes de capital decorrentes de liquidação de empresas.

A taxa de imposto diferido é analisada como segue:

	<b>Mar 2014</b>	<b>Dez 2013</b>
	<b>%</b>	<b>%</b>
Taxa de IRC (a)	23,0%	23,0%
Taxa de derrama municipal	1,5%	1,5%
Taxa de derrama estadual	5,0%	5,0%
<b>Total (b)</b>	<b>29,5%</b>	<b>29,5%</b>

(a) - Aplicável aos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais.

(b) - Aplicável aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias.

O Grupo avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base as expectativas de lucros futuros tributáveis.

Os activos e passivos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza quanto à recuperação de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de activos por impostos diferidos.

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Dez 2013</b>
Saldo inicial	336 264	265 454
Reconhecido em resultados	9 296	85 448
Reconhecido em reservas e resultados transitados	( 26 047)	( 14 638)
<b>Saldo final (Activo / (Passivo))</b>	<b>319 513</b>	<b>336 264</b>

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante o período findo em 31 de Março de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 teve as seguintes origens:

(milhares de Euros)

	Mar 2014		Dez 2013	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Instrumentos financeiros	-	( 25 217)	-	( 8 088)
Outros activos tangíveis	115	-	-	40
Provisões	31 061	( 1 001)	42 555	-
Benefícios de empregados	( 39)	( 755)	909	( 2 556)
Outros	2 858	926	( 2 490)	( 4 034)
Prejuízos fiscais reportáveis	( 24 699)	-	44 474	-
Imposto diferido	9 296	( 26 047)	85 448	( 14 638)
Impostos correntes	( 22 489)	-	( 9 469)	-
<b>Total do imposto reconhecido</b>	<b>( 13 193)</b>	<b>( 26 047)</b>	<b>75 979</b>	<b>( 14 638)</b>

A variação de saldo dos impostos diferidos líquidos inclui os encargos de impostos diferidos do exercício reconhecidos em resultados, bem como as variações relevadas em capitais próprios, nomeadamente o impacto decorrente da alteração, nos termos previstos na política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, e os ganhos e perdas potenciais decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda serem reconhecidos em capitais próprios.

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	Mar 2014		Dez 2013	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		49 349		( 372 452)
Contribuição extraordinária sobre o sector bancário		-		5 109
Resultado antes de impostos para reconciliação da taxa de imposto		49 349		( 367 343)
Taxa de imposto	23,0		25,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto		11 350		( 91 836)
Custos não dedutíveis	( 52,2)	25 738	( 50,7)	186 332
Receitas isentas de imposto	0,1	( 45)	9,3	( 34 097)
Prejuízos fiscais utilizados	47,0	( 23 199)	-	-
Tributações autónomas e outros impostos	( 23,7)	11 691	( 2,6)	9 469
Outros	25,0	( 12 342)	( 1,7)	6 111
Imposto do exercício	( 26,7)	13 193	( 20,4)	75 979

O Grupo reconheceu os seus impostos diferidos com base numa avaliação da sua recuperabilidade, tendo em conta a expectativa de lucros fiscais futuros.

## 34 Outros activos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Dez 2013</b>
Bonificações a receber do Estado Português	6 641	8 111
Outros devedores	109 778	122 190
Outros proveitos a receber	6 511	8 998
Despesas com custo diferido	4 378	2 448
Contas diversas	65 484	42 246
	<u>192 792</u>	<u>183 993</u>
Imparidade para outros activos	( 13 445)	( 11 732)
	<u><u>179 347</u></u>	<u><u>172 261</u></u>

A rubrica Bonificações a receber do Estado Português corresponde às bonificações referentes a contratos de crédito à habitação e PME's, de acordo com os dispositivos legais aplicáveis ao crédito bonificado. Estes montantes não vencem juros e são reclamados mensalmente.

Em 31 de Março de 2014 e 31 Dezembro de 2013, a rubrica Bonificações a receber do Estado Português pode ser detalhada como segue:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Dez 2013</b>
Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas	812	3 381
Bonificações processadas e ainda não reclamadas	2 492	762
Bonificações vencidas e ainda não reclamadas	3 337	3 968
	<u>6 641</u>	<u>8 111</u>

Em 31 de Março de 2014, a rubrica Contas Diversas inclui, o montante de 17.309 milhares Euros (31 de Dezembro de 2013: 8.027 milhares de Euros) relativo a operações realizadas com títulos, registadas na *trade date* a aguardar liquidação.

A rubrica Contas diversas inclui ainda o valor de 1.286 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2013: 1.572 milhares de Euros) relativo aos activos líquidos reconhecidos em balanço e que representam o excesso de cobertura de responsabilidades com pensões, benefícios de saúde e subsídio por morte.

Os movimentos da imparidade para outros activos são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	<u>Mar 2014</u>	<u>Dez 2013</u>
Saldo no inicial	11 732	3 636
Dotação do exercício	2 305	1 654
Reversão do exercício	( 1 439)	( 2 470)
Transferências	847	8 912
Saldo final	<u>13 445</u>	<u>11 732</u>

## 35 Recursos de bancos centrais

Em 31 de Março de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, esta rubrica regista os recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais que se encontram colateralizados por títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

A análise da rubrica Recursos de bancos centrais pelo período remanescente a 31 de Março de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	<u>Mar 2014</u>	<u>Dez 2013</u>
Até 3 meses	1 640 057	1 768 860
Mais de 6 meses	1 327 980	1 658 494
	<u>2 968 037</u>	<u>3 427 354</u>

## 36 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)					
	<u>Mar 2014</u>			<u>Dez 2013</u>		
	<u>Não remunerados</u>	<u>Remunerados</u>	<u>Total</u>	<u>Não remunerados</u>	<u>Remunerados</u>	<u>Total</u>
Recursos de instituições de crédito no país	11 953	84 747	96 700	143	53 321	53 464
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	225 259	307 563	532 822	40 668	380 365	421 033
	<u>237 212</u>	<u>392 310</u>	<u>629 522</u>	<u>40 811</u>	<u>433 686</u>	<u>474 497</u>

Em 31 Março de 2014, esta rubrica inclui 70.499 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2013: 71.094 milhares de Euros) de depósitos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

## 37 Recursos de clientes

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Mar 2014			Dez 2013		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
Depósitos à ordem	213 826	2 149 375	2 363 201	256 309	2 233 635	2 489 944
Depósitos a prazo	-	11 479 358	11 479 358	-	11 497 167	11 497 167
Depósitos de poupança	-	128 384	128 384	-	130 589	130 589
Outros recursos	10 395	-	10 395	19 765	-	19 765
Correcções de valor por operações de cobertura	3 341	-	3 341	5 363	-	5 363
	<u>227 562</u>	<u>13 757 117</u>	<u>13 984 679</u>	<u>281 437</u>	<u>13 861 391</u>	<u>14 142 828</u>

Nos termos da Lei, o Fundo de Garantia de Depósitos tem por finalidade garantir o reembolso de depósitos constituídos nas Instituições Financeiras. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão definidos no Aviso do Banco de Portugal n.º 11/94.

Em 31 de Março de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, esta rubrica inclui 361.898 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2013: 374.226 milhares de Euros) de depósitos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

## 38 Responsabilidades representadas por títulos

A análise das Responsabilidades representadas por títulos, decompõe-se como segue:

(milhares de Euros)

	Mar 2014	Dez 2013
<i>Euro Medium Term Notes (EMTN)</i>	131 421	357 803
Obrigações de caixa	2 046 964	1 717 872
Obrigações hipotecárias	-	80
Papel comercial	34 767	243 673
	<u>2 213 152</u>	<u>2 319 428</u>

Em 31 de Março de 2014, esta rubrica inclui o montante de 211.261 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2013: 273.233 milhares de Euros) de responsabilidades representadas por títulos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

Durante o exercício de 2014, o Grupo procedeu à emissão de 125.853 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2013: 1.515.987 milhares de Euros) de títulos, tendo sido reembolsados 323.336 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2013: 1.250.588 milhares de Euros).

No âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 5.000.000 milhares de Euros, o Grupo procedeu a emissões que totalizaram 2.000.000 milhares de Euros. As características das emissões vivas a 31 de Março de 2014 são apresentadas como segue:

(milhares de Euros)

Designação	Valor Nominal	Valor de balanço	Data de emissão	Data de reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de juro	Rating (Moody's/Fitch/Dbrs)
Obrig. hipotecárias - 2S	1 000 000	1 000 456	Dezembro 2009	Dezembro 2016	Trimestral	Euribor 3M + 0,75%	Ba1/BBB/AL
Obrig. hipotecárias - 3S	500 000	502 158	Novembro 2010	Novembro 2015	Trimestral	Euribor 3M + 2,5%	Ba1/BBB/AL
Obrig. hipotecárias - 4S	500 000	500 123	Maió 2013	Maió 2017	Anual	Euribor 1M + 0,75%	Ba1/BBB/AL
	<u>2 000 000</u>	<u>2 002 737</u>					

As obrigações hipotecárias são garantidas por um conjunto de créditos à habitação que se encontram segregados como património autónomo nas contas do Grupo, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições da referida emissão enquadram-se no disposto do Decreto-Lei n.º 59/2006, nos Avisos n.º 5/2006 de 20 de Março, n.º 6/2006 de 11 de Outubro, n.º 7/2006 de 11 de Outubro e n.º 8/2006 de 11 de Outubro e na Instrução n.º 13/2006 de 15 de Novembro do Banco de Portugal.

O valor dos créditos que contragarantem estas emissões é superior em 31 de Março de 2014, em 2.725.513 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2013: 2.718.554 milhares de Euros) de acordo com a nota 22.

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 d), no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Grupo, os mesmos são anulados do passivo e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecido em resultados.

Em 31 de Março de 2014, os empréstimos obrigacionistas venciam juros postecipados e antecipados, sendo as suas taxas efectivas compreendidas entre 0,5 % e 11,92% (31 de Dezembro de 2013: 0,5% e 16,76%).

## 39 Passivos financeiros associados a activos transferidos

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	<u>Mar 2014</u>	<u>Dez 2013</u>
<i>Pelican Mortgages No. 3</i>	190 360	194 287
Outros	3 550	762
	<u>193 910</u>	<u>195 049</u>

## 40 Provisões

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Dez 2013</b>
Provisões para outros riscos e encargos	6 984	8 014

Os movimentos das provisões para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Dez 2013</b>
Saldo inicial	8 014	14 292
Dotação do exercício	39	3 444
Reversão do exercício	( 340)	( 248)
Transferências	( 729)	( 9 474)
Saldo final	6 984	8 014

## 41 Outros passivos subordinados

As principais características dos passivos subordinados, em 31 de Março de 2014 são apresentadas como seguem:

(milhares de Euros)					
Descrição da emissão	Data de emissão	Maturidade	Valor de emissão	Taxa de juro	Valor de balanço
CEMG/06	Abr.2006	Abr.2016	50 000	Euribor 3 meses+0,95%	26 140
CEMG/08	Fev.2008	Fev.2018	150 000	Euribor 6 meses+1,5%	120 784
CEMG/08	Jun.2008	Jun.2018	28 000	Euribor 12 meses+1,5%	18 267
CEMG/08	Jul.2008	Jul.2018	150 000	Euribor 6 meses+1,5%	120 489
FNB 08/18 1ª/2ª Série	Dez.2008	Dez.2018	10 363	Euribor 6 meses+0,15% (iv)	10 419
FNB Rendimento Seguro 05/15	Jun.2005	Jun.2015	238	6,25%*VN Min.(cotação) (iii)	239
FNB Grandes empresas 07/16_ 1ª série	Mai.2007	Mai.2016	1 745	Máx.(0;6,0%*(1-n/5)) (i)	2 139
FNB Grandes empresas 07/16 2ª/3ª série	Jun.2011	Jun.2016	22 602	Máx.(0;6,0%*(1-n/5)) (i)	23 115
FNB Indices estratégicos 07/17 1ª série	Mai.2007	Jun.2015	13 207	6,25%*VN Min.(cotação) (ii)	13 391
FNB Indices estratégicos 07/17 2ª/3ª série	Jun.2011	Jun.2015	26 629	6,25%*VN Min.(cotação) (ii)	28 508
Ob. Cx Subordinadas Finicrédito	Nov.2007	Nov.2017	16 550	Tx base+0,90% ( <i>barrier level</i> )	15 718
					<u>379 209</u>
				Correcção de valor por operações de cobertura	(7 285)
					<u>371 924</u>

Em 31 de Março de 2014, os empréstimos subordinados venciam juros trimestrais e semestrais postecipados, sendo as suas taxas de juro efectivas compreendidas entre 0,30% e 2,02% (31 de Dezembro de 2013: 0,86% e 2,084%).

## Referências:

(i) - Serão pagos os seguintes cupões, no final de cada ano (a 9 de Maio, para a 1ª série e a 20 de Junho, para as 2ª e 3ª séries):

Cupão	Taxa/ intervalo
1º Cupão	5,50%
2º Cupão	5,50%
3º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/3)]
4º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/4)]
5º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/5)]
6º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/6)]
7º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/7)]
8º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/8)]
9º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/9)]

Notas:

onde,  $n$  é o número acumulado de Entidades de Referência em relação às quais tenha ocorrido um Evento de Crédito.

Se ocorrer uma fusão entre duas ou mais empresas de referência e ocorrer um Evento de Crédito na empresa resultante da fusão, serão contados tantos Eventos de Crédito quanto o número de empresas fundidas.

(ii) - A remuneração será paga anualmente e será igual a:

Cupão	Taxa/ Intervalo
1º ano	5,5% * valor nominal
2º ano	5,5% * valor nominal
3º ano e seguintes	6,25% * valor nominal se $\text{Min}(\text{SDk}/\text{SD0-SXk}/\text{SX0}; \text{HSk}/\text{HS0-SXk}/\text{SX0}) > \text{Barreira k}^{***}$

\*\*\* se não = 0%, onde:

Barreira3 = Barreira a aplicar no 3.º cupão = 0%;

Barreira4 = Barreira a aplicar no 4.º cupão = 1%;

Barreira5 = Barreira a aplicar no 5.º cupão = 2%;

Barreira6 = Barreira a aplicar no 6.º cupão = 3%;

Barreira7 = Barreira a aplicar no 7.º cupão = 4%;

Barreira8 = Barreira a aplicar no 8.º cupão = 5%.

Barreira k = Barreira a aplicar no kº cupão

SDk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de observação K (K=1 a 6)

SD0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de início

SXk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de observação K (K=1 a 6)

SX0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de início

HSk – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de observação K (K=1 a 6)

HS0 – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de início

(iii) - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

$$n/N * 5\% + m/N * 1\%$$

onde:

$n$  é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado;

$m$  é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado;

$N$  é o nº de dias úteis do período respectivo;

Nota:

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão:

Período	Data do cupão	Intervalo
1º semestre	09-Dez-05	[1,60; 2,75%]
2º semestre	09-Jun-06	[1,60; 3,00%]
3º semestre	09-Dez-06	[1,60; 3,25%]
4º semestre	09-Jun-07	[1,60; 3,50%]
5º semestre	09-Dez-07	[1,60; 3,50%]
6º semestre	09-Jun-08	[1,70; 3,75%]
7º semestre	09-Dez-08	[1,70; 3,75%]
8º semestre	09-Jun-09	[1,70; 4,00%]
9º semestre	09-Dez-09	[1,80; 4,00%]
10º semestre	09-Jun-10	[1,80; 4,25%]
11º semestre	09-Dez-10	[1,80; 4,25%]
12º semestre	09-Jun-11	[1,80; 4,50%]
13º semestre	09-Dez-11	[1,90; 4,50%]
14º semestre	09-Jun-12	[1,90; 4,50%]
15º semestre	09-Dez-12	[1,90; 4,50%]
16º semestre	09-Jun-13	[1,90; 4,50%]
17º semestre	09-Dez-13	[2,00; 4,50%]
18º semestre	09-Jun-14	[2,00; 4,50%]
19º semestre	09-Dez-14	[2,00; 4,50%]
20º semestre	09-Jun-15	[2,00; 4,50%]

(iv) - A remuneração será paga semestralmente e o primeiro cupão será fixo:

Cupão	Taxa/ Intervalo
1º cupão	6,50% (taxa anual)
entre 2º e 10º cupão	Euribor 6M + 1,50% (taxa anual)
entre 11º e seguintes	Euribor 6M + 1,75% (taxa anual)

## 42 Outros passivos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Dez 2013</b>
Credores		
Fornecedores	10 564	16 065
Outros credores	61 479	150 369
Sector Público administrativo	19 953	23 586
Férias e subsídio de férias a pagar	29 647	37 270
Outros custos a pagar	2 855	732
Receitas antecipadas	3 243	3 258
Contas diversas	126 819	157 906
	<b>254 560</b>	<b>389 186</b>

A rubrica Contas diversas inclui o valor de 22.113 milhares de Euros, referente ao apuramento de IRC a pagar.

Adicionalmente, a rubrica Contas diversas inclui o valor de 6.128 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2013: 68.208 milhares de Euros), referente a saldos de operações sobre títulos a regularizar.

## 43 Capital institucional

Em 6 de Novembro de 2013, na sequência da deliberação do Conselho de Administração Executivo, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de 105.000 milhares de Euros, por entrada de numerário.

Em 26 de Setembro de 2013, na sequência da deliberação do Conselho de Administração Executivo, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de 100.000 milhares de Euros, por entrada de numerário.

Em 20 de Dezembro de 2012, na sequência da deliberação da Assembleia Geral realizada, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de 50.000 milhares de Euros, por entrada de numerário.

Após estas operações, o capital institucional da CEMG, que se encontra integralmente realizado, passou a ser de 1.500.000 milhares de Euros, pertencendo na sua totalidade ao Montepio Geral – Associação Mutualista.

## 44 Fundo de participação

Na sequência da deliberação da Assembleia Geral realizada, em 28 de Outubro de 2013, procedeu-se à emissão em 17 de Dezembro de 2013 de unidades representativas do Fundo de Participação da Caixa Económica Montepio Geral, com um valor nominal global de 200.000 milhares de Euros, por entrada de numerário.

As unidades de participação constituem valores mobiliários, nos termos previstos na alínea g) do artigo 1.º do Código dos Valores Mobiliários, na medida em que constituem outros documentos representativos de situações jurídicas homogéneas (designadamente quanto ao direito à remuneração ou ao direito de recebimento do saldo de liquidação da Caixa Económica Montepio Geral, após satisfação dos restantes credores, inclusive dos que detenham outros créditos subordinados), susceptíveis de serem transmitidos em mercado.

A Caixa Económica Montepio Geral emitiu 200.000.000 unidades de participação com o valor nominal de 1 Euro, que serão, quanto à forma de representação, escriturais e emitidas exclusivamente na modalidade nominativa.

Nos termos dos Estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, as unidades de participação não conferem direitos de participação na Assembleia Geral da Caixa Económica Montepio Geral ou de gestão e os direitos económicos associados à titularidade das unidades de participação incluem o direito a receber uma remuneração anual quando, existindo suficiência de resultados, a Assembleia Geral o delibere, sob proposta do Conselho de Administração Executivo, no direito ao reembolso das unidades de participação apenas em caso de dissolução da Caixa Económica Montepio Geral e após satisfação dos restantes credores, inclusive dos que detenham outros créditos subordinados, e no direito ao eventual reembolso na sequência da amortização das unidades de participação por deliberação da Assembleia Geral da Caixa Económica Montepio Geral, sempre sujeita à prévia autorização do Banco de Portugal. O direito à informação associado à titularidade das unidades de participação é exercido através do representante comum eleito em Assembleia Geral de titulares de unidades de participação, donde os titulares das unidades de participação não terão direito de acesso directo à informação económica e financeira da Caixa Económica Montepio Geral.

Estes instrumentos são elegíveis para efeitos prudenciais para o *Core Tier 1*. À luz do disposto na IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, para efeitos contabilísticos, estes instrumentos são classificados como capital, tendo em consideração as suas características específicas, nomeadamente a não existência de uma obrigação de pagamento de capital e juros.

Assim, a classificação como capital resulta do facto do investidor, enquanto detentor do instrumento emitido, se encontrar efectivamente exposto ao risco dos instrumentos de capital da sociedade, dado que poderá não receber um montante equivalente ao valor investido.

## 45 Outros instrumentos de capital

Esta rubrica regista a emissão de 15.000 milhares de Euros ocorrida no primeiro trimestre de 2010 de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com juros condicionados efectuada pelo Montepio Investimento, S.A. (ex-Finibanco, S.A.), e que no âmbito do processo de aquisição do Montepio Holding, S.G.P.S., S.A. (ex-Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.) e das suas subsidiárias passou a integrar as responsabilidades da CEMG, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 a).

No caso de compras de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados, os mesmos são anulados da situação líquida e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecido em resultados.

No decurso de 2014, a CEMG não efectuou recompras de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados (2013: 6.727 milhares de Euros). Após estas operações, a 31 de Março de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a rubrica Outros instrumentos de capital apresenta o montante de 8.273 milhares de Euros.

#### *Remuneração*

Com sujeição às limitações ao vencimento de juros descritas abaixo, a remuneração será paga semestralmente, em 2 de Fevereiro e em 2 de Agosto de cada ano, com início em 2 de Agosto de 2010 e será igual a:

1.º ao 4.º cupões: 7,00%;

5.º cupão e seguintes: Euribor 6M + 2,75%, com um mínimo de 5%.

#### *Limitações ao vencimento de juros*

A Emitente estará impedida de proceder ao pagamento de juros:

- Na medida e até à concorrência em que a soma do montante a pagar pelos juros desta emissão com o montante dos dividendos pagos ou deliberados e o de pagamentos garantidos relativos a eventuais acções preferenciais que se possam vir a emitir, exceder os Fundos Distribuíveis da Emitente, ou
- Estiver em incumprimento da Regulamentação de Requisitos de Fundos Próprios ou na medida e até à concorrência em que o seu pagamento implicar incumprimento dessa Regulamentação.

A Emitente ainda está impedida de proceder ao Pagamento de Juros se, na opinião do Conselho de Administração Executivo ou do Banco de Portugal, esse pagamento colocar em risco o cumprimento da Regulamentação de requisitos de Fundos Próprios.

O impedimento de proceder ao Pagamento de Juros poderá ser total ou parcial.

O não pagamento de juros numa qualquer data desonera a Emitente do pagamento dos juros relativos a essa data em momento futuro.

Consideram-se Fundos distribuíveis de um determinado ano a soma algébrica, com referência ao exercício anterior, dos resultados acumulados retidos com quaisquer outros valores susceptíveis de serem distribuíveis e com os lucros ou prejuízos, líquida das reservas obrigatórias, legais e estatutárias, mas antes da dedução do montante de quaisquer dividendos relativos às acções ordinárias ou a quaisquer outros valores mobiliários subordinados a estes, relativos a esse exercício.

#### *Reembolso*

Estes valores Mobiliários são perpétuos, só sendo reembolsáveis segundo as condições de reembolso antecipado abaixo previstas.

Mediante acordo prévio do Banco de Portugal, o emitente poderá proceder ao reembolso, total ou parcial, a partir da 10ª data de pagamento de juros, inclusive (5º ano).

Em caso de ocorrência continuada de um Evento de desqualificação como Fundos Próprios de Base, mesmo antes de decorridos 5 anos desde a sua emissão, e mediante acordo prévio do Banco de Portugal, estes Valores Mobiliários são reembolsáveis por opção do Emitente, em qualquer data.

Por evento de desqualificação como Fundos Próprios de Base entende-se uma alteração de qualquer documento legal ou respectiva interpretação oficial que implique que estes Valores Mobiliários deixem de poder ser qualificados como Fundos Próprios de Base da Emitente.

## 46 Reserva geral e especial

As reservas geral e especial são constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio. A reserva geral destina-se a fazer face a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias.

Nos termos da legislação portuguesa o Grupo deverá reforçar anualmente a reserva geral com pelo menos 20% dos lucros líquidos anuais. O limite para formação da reserva geral é de 25% da totalidade dos depósitos. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital.

A reserva especial destina-se a suportar prejuízos resultantes das operações correntes. Nos termos da legislação portuguesa o Grupo deverá reforçar anualmente a reserva especial com pelo menos 5% dos lucros líquidos anuais. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos e para aumentar o capital.

A variação da reserva geral e especial é apresentada na nota 47.

## 47 Reservas de reavaliação, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	<u>Mar 2014</u>	<u>Dez 2013</u>
<b>Reservas de reavaliação</b>		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Valor bruto	99 428	11 352
Imposto	( 33 339)	( 8 066)
Outros	( 29 020)	( 14 819)
	<u>37 069</u>	<u>( 11 533)</u>
 <b>Outras reservas e resultados transitados</b>		
Reserva geral	187 532	187 532
Reserva especial	68 273	68 273
Reservas por impostos diferidos	48 750	49 324
Resultados transitados	( 332 022)	( 66 935)
	<u>( 27 467)</u>	<u>238 194</u>

As reservas de reavaliação relativas a activos financeiros disponíveis para venda representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda líquidas de imparidade reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 d).

As reservas de reavaliação relativas a activos financeiros disponíveis para venda explicam-se da seguinte forma:

	(milhares de Euros)	
	<u>Mar 2014</u>	<u>Dez 2013</u>
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	3 580 834	4 573 730
Imparidade acumulada reconhecida	( 30 471)	( 39 266)
	<u>3 550 363</u>	<u>4 534 464</u>
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	3 550 363	4 534 464
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	3 649 791	4 545 816
Ganhos/ Perdas potenciais reconhecidos na reserva de reavaliação	<u>99 428</u>	<u>11 352</u>

## 48 Títulos próprios

Esta rubrica inclui unidades de participação no Fundo de participação da CEMG detidas por entidades incluídas no perímetro de consolidação e é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)
	<b>Mar 2014</b>
Valor de balanço	3 350
Número de unidades de participação	3 349 674
Valor unitário médio (Euros)	1,00

## 49 Distribuição de resultados

Em 23 de Abril de 2013, de acordo com deliberação da Assembleia Geral, a CEMG distribuiu resultados ao Montepio Geral – Associação Mutualista no montante de 1.692 milhares de Euros.

## 50 Interesses que não controlam

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)			
	<b>Balanço</b>		<b>Demonstração dos Resultados</b>	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Dez 2013</b>	<b>Mar 2014</b>	<b>Mar 2013</b>
Finibanco Angola S.A.	11 720	11 035	675	338
	<u>11 720</u>	<u>11 035</u>	<u>675</u>	<u>338</u>

A movimentação desta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Dez 2013</b>
Saldo inicial	11 035	6 957
Conversão em moeda estrangeira	10	562
Dividendos	-	( 434)
Outros	-	1 797
	<u>11 045</u>	<u>8 882</u>
Diferenças de consolidação e de reavaliação ( <i>goodwill</i> )	-	-
Lucro atribuível a interesses que não controlam	675	2 153
Saldo final	<u>11 720</u>	<u>11 035</u>

## 51 Garantias e outros compromissos

Os saldos destas contas são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	<b>Mar 2014</b>	<b>Dez 2013</b>
Garantias e avales prestados	476 314	483 544
Garantias e avales recebidos	31 674 547	31 521 321
Compromissos perante terceiros	1 982 342	1 949 361
Compromissos assumidos por terceiros	96 300	82 802
Activos cedidos em operações de titularização	1 331 456	1 342 664
Valores recebidos em depósitos	9 031 885	7 919 199
	<b>44 592 844</b>	<b>43 298 891</b>

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	<b>Mar 2014</b>	<b>Dez 2013</b>
<b>Garantias e avales prestados</b>		
Garantias e avales	460 094	471 714
Créditos documentários abertos	15 791	6 962
Fianças e indemnizações (contragarantias)	429	4 868
	<b>476 314</b>	<b>483 544</b>
<b>Compromissos perante terceiros</b>		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	522 380	391 689
Subscrição de títulos	801 801	801 801
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos	25 314	25 314
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	3 507	3 508
Compromissos revogáveis	-	
Linhas de crédito revogáveis	629 340	727 049
	<b>1 982 342</b>	<b>1 949 361</b>

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Grupo.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Grupo, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou

serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos revogáveis e irrevogáveis, apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

O saldo da rubrica Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, em 31 de Março de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, refere-se ao compromisso irrevogável que o Grupo assumiu, por força da lei, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

O saldo da rubrica Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores, em 31 de Março de 2014 e 31 de Dezembro 2013, é relativo à obrigação irrevogável que o Grupo assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas tal como descrito na política contabilística descrita na nota 1 d) . A exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Grupo na eventualidade de incumprimento pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

## 52 Reporte por segmentos

O relato por segmentos apresentado segue o disposto na IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais, tendo para o efeito passado a utilizar novos critérios na preparação desta informação.

A actividade consolidada do Grupo é desenvolvida essencialmente no sector financeiro e direccionada para as empresas, institucionais e clientes particulares. Tem o seu centro de decisão em Portugal o que confere ao território nacional o seu mercado privilegiado e natural de actuação.

Os produtos e serviços comercializados incluem toda a oferta inerente à actividade bancária universal, designadamente, a captação de depósitos, a concessão de crédito e serviços financeiros a empresas e particulares e custódia e ainda a comercialização de fundos de investimento e de seguros de vida e não vida, através das suas associadas do sector segurador. Adicionalmente, o Grupo realiza investimentos

de curto, de médio e longo prazo nos mercados financeiro e cambial como forma de tirar vantagens das oscilações de preços ou como meio para rendibilizar os recursos financeiros disponíveis.

Para o efeito o Grupo conta com uma rede de 456 balcões em Portugal e com uma filial em Cabo Verde, um banco em Angola com 13 balcões e 6 escritórios de representação.

Na avaliação do desempenho por áreas de negócio o Grupo considera os seguintes Segmentos Operacionais:

- 1) Banca de Retalho, que inclui os subsegmentos de Particulares, Empresários em Nome Individual, Microempresas, e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS);
- 2) Banca de Empresas, que engloba as Grandes Empresas, as Pequenas e Médias Empresas, as Instituições Financeiras e o Sector Público Administrativo; e
- 3) Outros Segmentos que agrupa as operações não incluídas nos outros segmentos, designadamente as operações e a gestão referentes à Carteira própria de Títulos e às Aplicações em Instituições de Crédito. Cada segmento engloba as estruturas do Grupo que a ele se encontram directa e indirectamente dedicadas, bem como as unidades autónomas do Grupo cuja actividade é imputada a um dos segmentos acima referidos.

Em termos geográficos, embora concentrando a sua actividade em Portugal, o Grupo possui alguma actividade internacional desenvolvida por: (i) Finibanco Angola, S.A. e (ii) Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (I.F.I.), pelo que segundo critérios geográficos, pode separar-se a actividade e resultados que são objecto de escrituração nas unidades localizadas em Portugal (Área Doméstica) da localizada em Cabo Verde e Angola (Área Internacional).

### ***Descrição dos segmentos operacionais***

Em base consolidada, cada um dos segmentos operacionais inclui os proveitos e os custos relacionados com as seguintes actividades, produtos, clientes e estruturas do Grupo:

#### ***Banca de Retalho***

Este Segmento Operacional corresponde a toda a actividade desenvolvida pelo Grupo, com os clientes particulares, empresários em nome individual, microempresas e IPSS, comercialmente designados por segmento de Particulares e Pequenos Negócios, fundamentalmente originada através da rede de balcões, dos canais electrónicos e rede de promotores. A informação financeira do segmento relaciona-se com, entre outros produtos e serviços, o crédito à habitação, o crédito individual ou ao consumo, os depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de poupanças, os produtos soluções de reforma, tais como os PPR, os cartões de débito e de crédito, os serviços de gestão de contas e de meios de pagamento e os serviços de colocação de fundos de investimento e de compra e venda de títulos e de custódia, bem como colocação de seguros e serviços não financeiros.

#### ***Banca de Empresas***

Este Segmento Operacional agrega a actividade do Grupo com as Pequenas, Médias e Grandes Empresas, através da rede de balcões e da estrutura comercial dedicada a este segmento. Inclui também o negócio com os clientes institucionais, designadamente do sector financeiro e da administração pública central, local e regional. De entre os produtos envolvidos destaca-se o crédito à tesouraria e ao investimento, o desconto comercial, as garantias prestadas, o *leasing*, o *factoring*, o *renting*, as operações de estrangeiro, tais como os créditos documentários, cheques e remessas os depósitos serviços de pagamentos e recebimentos, os cartões e ainda serviços de custódia.

### *Outros segmentos*

Neste segmento inclui-se toda a actividade desenvolvida de suporte às actividades principais que constituem o *core business* dos dois segmentos anteriores, designadamente a actividade de gestão financeira global do Grupo, os investimentos em instrumentos dos mercados de capitais (acções e obrigações), estejam eles integrados na carteira de negociação, de justo valor através de resultados, de disponíveis para venda ou na carteira de investimentos detidos até à maturidade. Também é neste segmento que se incluem os impactos das decisões estratégicas com efeitos transversais ao Grupo, os investimentos nas participações estratégicas minoritárias, a actividade inerente à gestão de riscos de taxa de juro e cambial, a gestão das posições curtas e longas em instrumentos financeiros, que permitam tirar partido das oscilações de preços nos mercados em que tais instrumentos são transaccionados, e a preparação e colocação pública ou privada de emissões de acções, obrigações e outros instrumentos de dívida.

### *Critérios de imputação dos resultados aos segmentos*

A informação financeira consolidada apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões do Grupo, tal como preconizado pela IFRS 8 – Segmentos Operacionais.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na política contabilística descrita na nota 1, tendo sido adoptados ainda os seguintes princípios:

### *Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos*

O Grupo utiliza o resultado como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

### *Unidades operacionais autónomas*

Como referido anteriormente, cada unidade operacional autónoma (Banco Montepio Geral Cabo Verde e empresas participadas) é avaliada isoladamente atendendo a que estas unidades são encaradas como centros de investimento. Complementarmente, atendendo às características do negócio que maioritariamente desenvolvem, são englobadas num dos Segmentos Operacionais pela sua totalidade, ou seja, activos, passivos, capital próprio afecto, proveitos e custos.

### *Estruturas do Grupo dedicadas ao segmento*

A actividade do Grupo abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objecto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios:

- (i) Da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais, mesmo que, numa fase posterior o Grupo, estrategicamente, decida titularizar alguns dos activos neles originados;
- (ii) Do cálculo da margem financeira inicial em função do volume de actividade directo e das taxas de juro das operações negociadas com os clientes para cada produto/segmento;
- (iii) Do cálculo da margem financeira final através da cedência dos activos e passivos de cada produto/segmento a uma *pool*, que procede ao seu balanceamento e ajuste dos juros, tendo em conta as taxas de juro de mercado em cada momento, ou seja, a Euribor para diversos prazos;
- (iv) Da imputação dos custos directos das estruturas comerciais dedicadas ao segmento;

- (v) Da imputação dos custos indirectos (serviços centrais de apoio e informáticos);
- (vi) Da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal e com o modelo da imparidade.

As operações entre as unidades juridicamente autónomas do Grupo são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo sistema de ajuste através da *pool*, acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito); as restantes prestações internas são alocadas aos segmentos com base em critérios definidos sem qualquer margem das estruturas fornecedoras.

Os riscos de taxa de juro, cambial, de liquidez e outros que não o risco de crédito, são imputados ao segmento Outros Segmentos.

#### ***Juros activos e passivos***

Sendo a actividade consolidada do Grupo exercida essencialmente através do negócio bancário, significa que a maior parte das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus activos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto da actividade dos segmentos representar o negócio directo desenvolvido pelas unidades de negócio para cada produto, significa que os proveitos da actividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 da IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

#### ***Investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial***

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Operações entre Segmentos.

#### ***Activos não correntes***

Os activos não correntes, na óptica preconizada na IFRS 8, incluem os Outros activos tangíveis e os Activos intangíveis. No Grupo, estes activos encontram-se afectos ao segmento em que estas desenvolvem maioritariamente o seu negócio.

#### ***Activos por benefícios pós-emprego***

Atendendo a que os factores que influenciam quer as responsabilidades quer o valor dos activos dos Fundos de Pensões do Grupo correspondem, fundamentalmente, a elementos externos à actuação da gestão, o Grupo considera que os referidos elementos não devem influenciar o desempenho dos Segmentos Operacionais cuja actividade se desenvolve com clientes.

#### ***Áreas Doméstica e Internacional***

Na apresentação da informação financeira por área geográfica, as unidades operacionais que integram a Área Internacional são: (i) o Finibanco Angola, S.A. e (ii) o Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (I.F.I.).

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquelas unidades com os respectivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

#### ***Informação retrospectiva***

O Grupo, a partir do exercício de 2009, inclusive, passou a adoptar as regras da IFRS 8 – Segmentos Operacionais, as quais diferem das utilizadas até então nas demonstrações financeiras.

Consequentemente, a informação do exercício de 2008 foi reorganizada e preparada para apresentação, de forma a torná-la consistente e comparável com as exigências da IFRS 8.

O reporte por segmentos operacionais em 31 de Março de 2014, é apresentado conforme segue:

(milhares de Euros)

<b>Demonstração dos resultados</b>	<b>Banca de retalho</b>	<b>Banca de empresas</b>	<b>Operações entre Segmentos</b>	<b>Total</b>
Juros e rendimentos similares	98 953	122 098	1 302	222 353
Juros e encargos similares	66 510	38 571	35 394	140 475
Margem financeira	<u>32 443</u>	<u>83 527</u>	<u>( 34 092)</u>	<u>81 878</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	34	34
Rendimentos de serviços e comissões	16 306	5 138	11 632	33 076
Encargos com serviços e comissões	( 352)	( 33)	( 7 870)	( 8 255)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	-	1 010	1 010
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	208 705	208 705
Resultados de reavaliação cambial	-	-	4 918	4 918
Resultados de alienação de outros activos	-	-	( 4 952)	( 4 952)
Outros resultados de exploração	1 460	300	( 10 571)	( 8 811)
Total de proveitos operacionais	<u>49 857</u>	<u>88 932</u>	<u>168 814</u>	<u>307 603</u>
Custos com o pessoal	33 803	7 745	4 452	46 000
Gastos gerais administrativos	18 126	4 831	3 551	26 508
Amortizações do exercício	6 284	1 675	1 232	9 191
Total de custos operacionais	<u>58 213</u>	<u>14 251</u>	<u>9 235</u>	<u>81 699</u>
Total de provisões e imparidade	<u>12 655</u>	<u>136 511</u>	<u>19 852</u>	<u>169 018</u>
Resultado operacional	<u>( 21 011)</u>	<u>( 61 830)</u>	<u>139 727</u>	<u>56 886</u>
Resultados por equivalência patrimonial	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>( 7 537)</u>	<u>( 7 537)</u>
Resultados antes de impostos e interesses que não controlam	( 21 011)	( 61 830)	132 190	49 349
Impostos correntes	-	-	( 22 489)	( 22 489)
Impostos diferidos	-	-	9 296	9 296
Interesses que não controlam	-	-	( 675)	( 675)
Resultado líquido do exercício atribuível ao MGAM	<u>( 21 011)</u>	<u>( 61 830)</u>	<u>118 322</u>	<u>35 481</u>
Activo líquido	13 033 172	5 554 895	3 871 159	22 459 226
Passivo	13 314 678	850 477	6 532 525	20 697 680
Investimentos em associadas	-	-	39 209	39 209

O reporte por segmentos operacionais em 31 de Dezembro de 2013 é apresentado conforme segue:

(milhares de Euros)

<b>Demonstração dos resultados</b>	<b>Banca de retalho</b>	<b>Banca de empresas</b>	<b>Operações entre Segmentos</b>	<b>Total</b>
Juros e rendimentos similares	421 842	272 821	121 367	816 030
Juros e encargos similares	225 384	77 474	287 925	590 783
Margem financeira	<u>196 458</u>	<u>195 347</u>	<u>( 166 558)</u>	<u>225 247</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	535	535
Rendimentos de serviços e comissões	96 557	42 163	4 966	143 686
Encargos com serviços e comissões	( 15 748)	( 1 889)	( 11 415)	( 29 052)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	-	( 27 986)	( 27 986)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	44 025	44 025
Resultados de reavaliação cambial	-	-	20 223	20 223
Resultados de alienação de outros activos	-	-	35 479	35 479
Outros resultados de exploração	8 172	2 874	( 45 526)	( 34 480)
Total de proveitos operacionais	<u>285 439</u>	<u>238 495</u>	<u>( 146 257)</u>	<u>377 677</u>
Custos com o pessoal	136 652	35 747	24 435	196 834
Gastos gerais administrativos	75 466	19 536	14 925	109 927
Amortizações do exercício	22 897	5 927	4 528	33 352
Total de custos operacionais	<u>235 015</u>	<u>61 210</u>	<u>43 888</u>	<u>340 113</u>
Total de provisões e imparidade	<u>75 130</u>	<u>229 216</u>	<u>92 988</u>	<u>397 334</u>
Resultado operacional	<u>( 24 706)</u>	<u>( 51 931)</u>	<u>( 283 133)</u>	<u>( 359 770)</u>
Resultados por equivalência patrimonial	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>( 12 682)</u>	<u>( 12 682)</u>
Resultados antes de impostos e interesses que não controlam	( 24 706)	( 51 931)	( 295 815)	( 372 452)
Impostos correntes	-	-	( 9 469)	( 9 469)
Impostos diferidos	-	-	85 448	85 448
Interesses que não controlam	-	-	( 2 153)	( 2 153)
Resultado líquido do exercício atribuível ao MGAM	<u>( 24 706)</u>	<u>( 51 931)</u>	<u>( 221 989)</u>	<u>( 298 626)</u>
Activo líquido	12 954 747	3 949 382	6 135 074	23 039 203
Passivo	13 745 828	3 111 396	4 534 636	21 391 860
Investimentos em associadas	-	-	42 399	42 399

O Grupo desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros em Portugal, Angola e Cabo Verde.

#### *Segmentos geográficos*

No âmbito da estratégia de desenvolvimento, o Grupo actua com especial enfoque nos mercados Português, Angolano e Cabo-verdiano. Deste modo, a informação por segmentos geográficos encontra-se estruturada em: (i) Área Doméstica, englobando a actividade de Portugal e (ii) Área Internacional, englobando a actividade de Angola e Cabo Verde, ou seja, as operações desenvolvidas pelo Finibanco Angola S.A. e pelo Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (I.F.I.).

Em 31 de Março de 2014, a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

(milhares de Euros)

<b>Demonstração dos resultados</b>	<b>Área doméstica</b>	<b>Área internacional</b>	<b>Ajustamentos</b>	<b>Consolidado</b>
Juros e rendimentos similares	214 892	13 696	( 6 235)	222 353
Juros e encargos similares	137 780	8 930	( 6 235)	140 475
Margem financeira	77 112	4 766	-	81 878
Rendimentos de instrumentos de capital	34	-	-	34
Rendimentos de serviços e comissões	30 774	2 302	-	33 076
Encargos com serviços e comissões	( 8 128)	( 127)	-	( 8 255)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	1 010	-	-	1 010
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	208 705	-	-	208 705
Resultados de reavaliação cambial	804	4 114	-	4 918
Resultados de alienação de outros activos	( 4 952)	-	-	( 4 952)
Outros resultados de exploração	( 8 839)	169	( 141)	( 8 811)
Total de proveitos operacionais	296 520	11 224	( 141)	307 603
Custos com o pessoal	44 502	1 498	-	46 000
Gastos gerais administrativos	24 875	1 774	( 141)	26 508
Amortizações do exercício	8 777	414	-	9 191
Total de custos operacionais	78 154	3 686	( 141)	81 699
Imparidade do crédito	147 403	2 065	-	149 468
Imparidade de outros activos financeiros	18 189	-	-	18 189
Imparidade de outros activos	1 543	119	-	1 662
Outras provisões	( 301)	-	-	( 301)
Resultado operacional	51 532	5 354	-	56 886
Resultados por equivalência patrimonial	( 7 537)	-	-	( 7 537)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	43 995	5 354	-	49 349
Impostos correntes	( 21 046)	( 1 443)	-	( 22 489)
Impostos diferidos	9 296	-	-	9 296
Interesses que não controlam	( 675)	-	-	( 675)
Resultado líquido do exercício atribuível ao MGAM	31 570	3 911	-	35 481

(milhares de Euros)

<b>Balço</b>	<b>Área doméstica</b>	<b>Área internacional</b>	<b>Ajustamentos</b>	<b>Consolidado</b>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	349 850	77 214	-	427 064
Disponibilidades em outras instituições de crédito	263 561	9 944	( 43 990)	229 515
Aplicações em instituições de crédito	316 771	675 126	( 608 398)	383 499
Crédito a clientes	15 282 358	228 766	-	15 511 124
Activos financeiros detidos para negociação	63 527	-	-	63 527
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	902	-	-	902
Activos financeiros disponíveis para venda	3 649 615	176	-	3 649 791
Derivados de cobertura	596	-	-	596
Investimentos detidos até à maturidade	17 359	65 648	-	83 007
Investimentos em associadas e outras	78 058	-	( 38 849)	39 209
Activos não correntes detidos para venda	677 424	149	-	677 573
Propriedades de investimento	711 306	-	-	711 306
Outros activos tangíveis	84 524	35 506	-	120 030
Activos intangíveis	56 832	1 383	-	58 215
Activos por impostos correntes	146	4 862	-	5 008
Activos por impostos diferidos	319 513	-	-	319 513
Outros activos	169 578	9 769	-	179 347
<b>Total do Activo</b>	<b>22 041 920</b>	<b>1 108 543</b>	<b>( 691 237)</b>	<b>22 459 226</b>
Recursos de bancos centrais	2 968 037	-	-	2 968 037
Recursos de outras instituições de crédito	1 233 173	10 915	( 614 566)	629 522
Recursos de clientes	13 015 396	1 003 402	( 34 119)	13 984 679
Passivos financeiros detidos para negociação	65 745	-	-	65 745
Responsabilidades representadas por títulos	2 213 152	-	-	2 213 152
Passivos financeiros associados a activos transferidos	193 910	-	-	193 910
Derivados de cobertura	1 975	-	-	1 975
Provisões	6 458	526	-	6 984
Passivos por impostos correntes	1 707	5 485	-	7 192
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	375 626	-	( 3 702)	371 924
Outros passivos	244 238	10 322	-	254 560
<b>Total do Passivo</b>	<b>20 319 417</b>	<b>1 030 650</b>	<b>( 652 387)</b>	<b>20 697 680</b>
Capital	1 700 000	40 130	( 40 130)	1 700 000
Outros instrumentos de capital	4 572	3 701	-	8 273
Títulos próprios	( 3 350)	-	-	( 3 350)
Reservas de reavaliação	46 861	( 26)	( 9 766)	37 069
Outras reservas e resultados transitados	( 57 819)	30 172	-	( 27 647)
Resultado líquido do exercício	32 242	3 913	( 674)	35 481
<b>Total do capital próprio atribuível à MGAM</b>	<b>1 722 506</b>	<b>77 890</b>	<b>( 50 570)</b>	<b>1 749 826</b>
Interesses que não controlam	11 720	-	-	11 720
<b>Total do capital próprio</b>	<b>1 734 226</b>	<b>77 890</b>	<b>( 50 570)</b>	<b>1 761 546</b>
<b>Total do Passivo e Capitais Próprios</b>	<b>22 053 643</b>	<b>1 108 540</b>	<b>( 702 957)</b>	<b>22 459 226</b>

Em 31 de Dezembro de 2013, a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

(milhares de Euros)				
<b>Demonstração dos resultados</b>	<b>Área doméstica</b>	<b>Área internacional</b>	<b>Ajustamentos</b>	<b>Consolidado</b>
Juros e rendimentos similares	795 918	44 225	( 24 113)	816 030
Juros e encargos similares	584 803	30 093	( 24 113)	590 783
Margem financeira	211 115	14 132	-	225 247
Rendimentos de instrumentos de capital	939	-	( 404)	535
Rendimentos de serviços e comissões	134 218	9 468	-	143 686
Encargos com serviços e comissões	( 27 961)	( 1 091)	-	( 29 052)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	( 27 986)	-	-	( 27 986)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	44 025	-	-	44 025
Resultados de reavaliação cambial	4 366	15 857	-	20 223
Resultados de alienação de outros activos	35 471	8	-	35 479
Outros resultados de exploração	( 35 490)	1 609	( 599)	( 34 480)
Total de proveitos operacionais	338 697	39 983	( 1 003)	377 677
Custos com o pessoal	191 198	5 636	-	196 834
Gastos gerais administrativos	104 478	6 048	( 599)	109 927
Amortizações do exercício	32 107	1 245	-	33 352
Total de custos operacionais	327 783	12 929	( 599)	340 113
Imparidade do crédito	290 901	8 060	( 127)	298 834
Imparidade de outros activos	60 982	300	-	61 282
Imparidade de outros activos financeiros	33 865	157	-	34 022
Outras provisões	3 020	176	-	3 196
Resultado operacional	( 377 854)	18 361	( 277)	( 359 770)
Resultados por equivalência patrimonial	( 12 682)	-	-	( 12 682)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	( 390 536)	18 361	( 277)	( 372 452)
Impostos correntes	( 3 702)	( 5 767)	-	( 9 469)
Impostos diferidos	85 448	-	-	85 448
Interesses que não controlam	( 2 153)	-	-	( 2 153)
Resultado líquido do exercício atribuível ao MGAM	( 310 943)	12 594	( 277)	( 298 626)

(milhares de Euros)

<b>Balço</b>	<b>Área doméstica</b>	<b>Área internacional</b>	<b>Ajustamentos</b>	<b>Consolidado</b>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	242 373	71 886	-	314 259
Disponibilidades em outras instituições de crédito	262 606	22 706	( 51 527)	233 785
Aplicações em instituições de crédito	330 063	-	-	330 063
Crédito a clientes	15 554 965	176	-	15 555 141
Activos financeiros detidos para negociação	( 18 813)	689 977	( 607 058)	64 106
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	( 158 170)	161 393	227	3 450
Activos financeiros disponíveis para venda	4 545 816	-	-	4 545 816
Derivados de cobertura	( 16 901)	17 404	-	503
Investimentos detidos até à maturidade	34 631	-	-	34 631
Investimentos em associadas e outras	42 399	-	-	42 399
Activos não correntes detidos para venda	690 385	-	( 8 997)	681 388
Propriedades de investimento	541 795	1 739	-	543 534
Outros activos tangíveis	120 492	-	-	120 492
Activos intangíveis	59 130	149	-	59 279
Activos por impostos correntes	( 33 185)	35 017	-	1 832
Activos por impostos diferidos	335 444	820	-	336 264
Outros activos	169 960	2 498	( 197)	172 261
<b>Total do Activo</b>	<b>22 702 990</b>	<b>1 003 765</b>	<b>( 667 552)</b>	<b>23 039 203</b>
Recursos de bancos centrais	3 427 354	-	-	3 427 354
Recursos de outras instituições de crédito	( 413 054)	921 682	( 34 131)	474 497
Recursos de clientes	14 142 828	-	-	14 142 828
Passivos financeiros detidos para negociação	682 563	415	( 620 754)	62 224
Responsabilidades representadas por títulos	2 319 428	-	-	2 319 428
Passivos financeiros associados a activos transferidos	195 049	-	-	195 049
Derivados de cobertura	1 845	4	-	1 849
Provisões	7 607	407	-	8 014
Passivos por impostos correntes	1 353	-	-	1 353
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	370 077	3 701	( 3 700)	370 078
Outros passivos	382 045	7 338	( 197)	389 186
<b>Total do Passivo</b>	<b>21 117 095</b>	<b>933 547</b>	<b>( 658 782)</b>	<b>21 391 860</b>
Capital	1 668 908	40 089	( 8 997)	1 700 000
Outros instrumentos de capital	8 273	-	-	8 273
Reservas de reavaliação	16	( 561)	( 10 988)	( 11 533)
Outras reservas e resultados transitados	208 605	18 097	11 492	238 194
Resultado líquido do exercício	( 310 943)	12 594	( 277)	( 298 626)
<b>Total do capital próprio atribuível à MGAM</b>	<b>1 574 859</b>	<b>70 219</b>	<b>( 8 770)</b>	<b>1 636 308</b>
Interesses que não controlam	11 035	-	-	11 035
<b>Total do capital próprio</b>	<b>1 585 894</b>	<b>70 219</b>	<b>( 8 770)</b>	<b>1 647 343</b>
<b>Total do Passivo e Capitais Próprios</b>	<b>22 702 989</b>	<b>1 003 766</b>	<b>( 667 552)</b>	<b>23 039 203</b>

## 53 Empresas subsidiárias

A 31 de Março de 2014, as empresas que consolidam pelo método integral no Grupo são apresentadas como segue:

<b>Empresa Subsidiária</b>	<b>Sede</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Actividade</b>	<b>% detida</b>
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	Praia	Euros 8 996 000	Banca	100,00%
Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.	Porto	Euros 175 000 000	Gestão de participações sociais	100,00%
Montepio Investimento, S.A.	Porto	Euros 180 000 000	Banca	100,00%
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Porto	Euros 30 000 000	Locação financeira	100,00%
Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	Porto	Euros 1 550 000	Gestão de fundos de investimento	100,00%
Montepio Recuperação de Crédito, ACE	Lisboa	-	Prestação de serviços diversos	93,00%
Finibanco Angola, S.A.	Luanda	AOA 4 182 000 000	Banca	87,67%

A 31 de Março de 2014, as empresas que consolidam pelo método de equivalência patrimonial do Grupo são apresentadas como segue:

<b>Empresa Subsidiária</b>	<b>Sede</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Actividade</b>	<b>% detida</b>
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	Euros 137 750 000	Actividade Seguradora	33,65%
HTA - Hóteis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	Ilha de São Miguel	Euros 10 000 000	Alojamento, Restauração e Similares / Hóteis com Restaurante	20,00%
Iberpartners Cafés, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	Euros 3 400 000	Sociedade Gestora de Participações Sociais	29,41%
Nutre, S.G.P.S., S.A.	Oliveira de Frades	Euros 5 000 000	Sociedade Gestora de Participações Sociais	20,00%

O Grupo consolida igualmente pelo método integral os seguintes fundos de investimento: Finipredial – Fundo de Investimento Aberto, Montepio Arrendamento – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional, Montepio Arrendamento II – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional, Montepio Arrendamento III – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional, Polaris – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado e Carteira Imobiliária – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto, conforme política contabilística descrita na nota 1 b).

## 54 Eventos subsequentes

Após a data de balanço e antes das Demonstrações Financeiras terem sido autorizadas para emissão, não se verificaram transacções e/ou acontecimentos relevantes que mereçam relevância de divulgação.